



UFSM

Trabalho de Conclusão de Curso

**PENSANDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS SUJEITOS
SURDOS: UMA ANÁLISE SOBRE A ESCOLHA DA
MODALIDADE LINGUÍSTICA – LÍNGUA DE SINAIS OU
LÍNGUA ORAL – PELA FAMÍLIA.**

Paula Veras Pfeifer

Santa Maria, RS, Brasil

2003

**PENSANDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS SUJEITOS
SURDOS: UMA ANÁLISE SOBRE A ESCOLHA DA
MODALIDADE LINGUÍSTICA – LÍNGUA DE SINAIS OU
LÍNGUA ORAL – PELA FAMÍLIA.**

por

Paula Veras Pfeifer

Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Sociais

Santa Maria, RS, Brasil

2003

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Ciências Sociais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Trabalho de Conclusão

**PENSANDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS
SUJEITOS SURDOS: UMA ANÁLISE SOBRE A
ESCOLHA DA MODALIDADE LINGUÍSTICA –
LÍNGUA DE SINAIS OU LÍNGUA ORAL – PELA
FAMÍLIA.**

elaborada por
Paula Veras Pfeifer

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Sociais

COMISSÃO EXAMINADORA

Ricardo Bins Di Napoli
(Presidente/Orientador)

Holgonsi Soares Siqueira

Rosane Janczura

Santa Maria, 24 de julho de 2003

EPÍGRAFE

Different

You can hear the wind rustling in the tree

The bird singing on the bough

You can hear the bells tolling in the belfry

The car flashing by on the highway

You can hear a child calling "Mummy"

The boy saying "I love you" to the girl

I can't hear the wind rustling in the tree

The bird singing on the bough

I can't hear the bells tolling in the belfry

The car flashing by on the highway

I can't hear the child calling "Mummy"

The boy saying "I love you" to the girl

BUT

I can see the wind rustling in the tree

The bird singing on the bough

I can see the congregation going to church

The car flashing by foot hard down

I can see the child calling for "Mummy"

The boy smiling tenderly at the girl

(Hardi Nordentoft)

Fonte: The Danish Association of Children of Deaf Parents, 1998.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Ricardo Bins di Napoli, por aceitar me orientar na elaboração deste trabalho. Sua ajuda e senso crítico foram fundamentais para a conclusão do mesmo. A ele, os meus sinceros agradecimentos.

Agradeço ao Professor Ottmar Teske, por me encorajar a desenvolver este trabalho sobre os sujeitos surdos e por compartilhar comigo suas idéias.

Agradeço a todos os professores do curso de Ciências Sociais da UFSM, por terem dividido seus conhecimentos e, por isso, colaborado na minha formação acadêmica.

Agradeço à minha família (Tizi, Dudo, Tereca, Téx), pelo amor incondicional e pelo apoio constante.

Agradeço ao Zazinho, por existir.

SUMÁRIO

	Pág.
RESUMO	
ABSTRACT	
INTRODUÇÃO	
1. A SURDEZ	
1.1. Preconceito em relação aos indivíduos surdos	
1.2. Breve trajetória histórica das deficiências e dos sujeitos surdos	
1.3. As duas visões antagônicas sobre a surdez	
1.3.1 O modelo clínico-patológico da surdez	
1.3.2 O modelo sócio-antropológico da surdez	
2. AS MODALIDADES LINGÜÍSTICAS POSSÍVEIS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS	
2.1. Considerações sobre língua e linguagem	
2.2. Língua de sinais	
2.3. Língua oral	
2.4. Notas sobre bilinguismo	
3. A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS SUJEITOS SURDOS	
3.1. A interação social: breves considerações	
3.2. Interações familiares: surdos vivendo com ouvintes	
3.3. Fatores condicionantes na escolha da modalidade lingüística pela família	
3.3.1. A sociedade que ainda vê com maus olhos aqueles que considera deficientes	
3.3.2. Os médicos otorrinolaringologistas	
3.3.3 Os fonoaudiólogos	
3.3.4. Fatores financeiros	
3.4 Integração ou exclusão: analisando relatos de sujeitos surdos oralizados e bilíngües	
3.4.1 Metodologia utilizada	

3.4.2 Visão de autores	
3.4.3 Opiniões e relatos dos sujeitos surdos	
CONCLUSÃO	
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade levantar os fatores condicionantes na escolha da modalidade lingüística pela família, visando a integração social do sujeito surdo.

Desenvolveu-se através de dois momentos. No primeiro, foi realizada uma revisão bibliográfica, com vistas a uma análise crítica quanto às posições teóricas convergentes e dissonantes entre os autores a respeito dos dois modelos de concepção da surdez – o modelo clínico-patológico e o modelo sócio-antropológico- e a respeito da língua oral e da língua de sinais, o que está contemplado nos capítulos 1 e 2.

No capítulo 3, foram tecidas considerações sobre a integração social dos sujeitos surdos, interações familiares e os fatores condicionantes na escolha da modalidade lingüística pela família.

Para maior enriquecimento do trabalho, realizou-se uma pesquisa, com o objetivo de coletar relatos de sujeitos surdos adultos – oralizados, sinalizados e bilíngües - através de **e-groups**. Embasada na sustentação teórica dos autores e nos resultados da pesquisa através dos **e-groups** a autora concluiu e comprova sua hipótese de trabalho: o bilingüísmo é a forma mais adequada para a integração social dos sujeitos surdos.

ABSTRACT

The objective of this work is to raise the conditioning factors in the choice of the linguistic modality by the family for seeking the social integration of the deaf subject.

The work was developed in two ways: in the first one, was done an exhausting bibliographical review in order to do a critical analysis about converging and discordant theoretical positions among the authors on the two deaf conceptions ____ the clinical-pathological model and the social- antropological model ___ and about the oral language and the signal language in the chapters 1 and 2.

In the chapter 3, the author talked about the deaf subjects social integration, familiar interactions and conditioning factors in the choices of the family linguistic modality.

It was also done a research to collect data about adult oral deaf subjects, signalized and bilingual ____ through e-groups.

According to the author's theoretical basis and the resulting research through e-groups, the conclusion is that: the bilingualism is the most suitable form to the deaf subjects social integration.

P525p

Pfeifer, Paula Veras

Pensando a integração social dos sujeitos surdos: uma análise sobre a escolha da modalidade lingüística: língua de sinais ou língua oral: pela família / Paula Veras Pfeifer; orientador Ricardo Bins di Napoli. – Santa Maria, 2003.

83f.

Trabalho de Graduação apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, para obtenção de grau Bacharel, 2003.

1. Sociologia 2. Surdos 3. Integração Social 4. Família
4. Língua de sinais I. Napoli, Ricardo Bins di, orientador
II. Título.

CDU 316.4.063.3

INTRODUÇÃO

A questão da escolha da modalidade lingüística, ou seja, que língua a criança surda deve aprender, é muito polêmica. Até hoje, a grande maioria dos pesquisadores, educadores e profissionais da fonoaudiologia e da medicina não chegou a um consenso sobre o tema. Entretanto, a criança surda precisa dominar uma língua. As opções são duas: a língua oral - que é uma língua oral-auditiva e tem como canal receptor a audição - ou a língua de sinais - considerada a língua natural das pessoas surdas por ser espaço-visual e ter como canal receptor a visão.

O trabalho analisa os fatores que condicionam a família na hora de optar por uma das línguas. Creio que a análise seja relevante pois, na verdade, quem faz a opção por uma das modalidades lingüísticas não é a criança surda, mas sim sua família. Sua família **ouvinte**. Sendo o indivíduo surdo um “outro” dentro de seu próprio núcleo familiar, as problemáticas que se sucedem em função disso são as mais variadas. Contempla, também, a questão da integração social dos sujeitos surdos, abordando a questão da integração no mercado de trabalho, já que as pessoas portadoras de deficiência - aqui designadas como pessoas portadoras de necessidades especiais - sofrem uma grande exclusão do mesmo, em função do desconhecimento da sociedade majoritária a respeito de suas capacidades.

Por salientar a tarefa mais básica da Antropologia -tornar o estranho familiar, e o familiar, estranho - a monografia espelha-se e tenta inscrever-se nos Estudos Surdos (ver SKLIAR, 1997,1998,1999). Por que problematizar o surdo, a língua de sinais, as identidades surdas, se eles não são o problema? O que deve ser problematizado é a interação problemática entre surdos e ouvintes; interação esta incrivelmente permeada por relações de poder desde os seus primórdios, sendo estas baseadas em representações hegemônicas e errôneas dos ouvintes a respeito dos surdos e sua educação.

Partindo-se desta perspectiva, tentar-se-á mostrar que os surdos ainda são vistos, erroneamente, sob o prisma do preconceito, e por isso caracterizados como: problema, deficientes, anormais, desviantes, coitados, seres patológicos, ou qualquer outra denominação pejorativa usada.

O universo estudado abrange pessoas com surdez profunda pré-lingual (que ocorre antes do indivíduo aprender uma língua), que são incapazes de ouvir mesmo com a ajuda dos mais potentes aparelhos de amplificação sonora. Um indivíduo surdo profundo não escuta a voz dos seus familiares, não escuta as ondas do mar, não escuta telefones, campainhas, buzinas, enfim, nenhum dos sons que alguém que ouve é capaz de perceber. Mesmo não possuindo capacidade auditiva, precisa se comunicar e adquirir uma língua que lhe possibilite ser um ser humano autônomo. E é exatamente a questão da aquisição de uma língua – língua de sinais ou língua oral - que pode ser considerada a mais problemática até os dias atuais na história dos surdos, a causa maior das polaridades que ainda persistem nesta temática.

Seja qual for a escolha, o simples fato de dominar uma língua dá autonomia ao ser humano por possibilitar a comunicação, que é a base da interação social. A questão se complica ao nos questionarmos sobre o seguinte: a escolha deve ser pensada levando-se em conta que o surdo é deficiente ou que o surdo é diferente? Ou melhor, a escolha deve ser feita pensando-se em integrar um sujeito deficiente ou um sujeito diferente na sociedade majoritária? Esta reflexão necessita ser arduamente analisada pela família, já que no momento da escolha as pessoas surdas são ainda crianças e não decidem por si mesmas.

Embasada nos posicionamentos teóricos de autores como DONZELOT (1986), TURNER (1994), SKLIAR (1997,1998,1999), PERLIN (1998), SACKS (2001), dentre outros, a autora da presente monografia desenvolveu seu trabalho para fundamentar a resposta ao problema: “Que fatores condicionam a família a escolher a modalidade lingüística (língua de sinais ou língua oral), visando a integração social dos sujeitos surdos?”.

Para maior enriquecimento do suporte teórico, foi realizada uma pesquisa, a fim de obter relatos de sujeitos surdos adultos que já tivessem passado por todo o processo educacional, e por isso pudessem dar uma visão realista a respeito do que significa a língua de sinais e a língua oral para a integração das pessoas surdas. Estes relatos foram obtidos

através de *e-groups* formados por indivíduos surdos oralizados, sinalizados e bilíngües¹, dos quais me tornei membro e assim pude obter as opiniões destes indivíduos acerca dos propósitos desta pesquisa.

Os dados coletados deram suporte à formulação da hipótese “o bilingüismo (domínio de ambas as modalidades lingüísticas) permite uma efetiva integração social dos sujeitos surdos, pois possibilita que tenham livre intercuro tanto no mundo dos surdos quanto no mundo dos ouvintes”.

Creio que seja pertinente comentar que minha principal motivação para a realização deste estudo foi o fato de que tenho surdez moderadamente severa e conheço vários dos obstáculos que precisam ser transpostos pelos surdos para que possam se integrar. Na universidade, por exemplo, eu era a única aluna surda do curso de Ciências Sociais, e percebi que os professores não estão preparados para lidar com alunos surdos, pois muitos falam de costas para nós, não articulam os lábios para que possamos fazer leitura labial; outros não fazem uso da internet, que facilita muito a obtenção de informações pelas pessoas surdas, etc. Além disso, pude perceber, após ser aprovada em concurso público, como as pessoas ouvintes tentam dominar as pessoas surdas por as considerarem inferiores. Somente depois de “sentir na pele” o que significa ser considerado um “deficiente” é que realmente percebi como o preconceito e a ignorância estão fortemente arraigados e incrustados na mente das pessoas “normais”. Por este motivo, aqueles que são considerados deficientes acabam encontrando enormes dificuldades para se integrarem socialmente.

A monografia constitui-se de três capítulos. No Capítulo 1, é feito um estudo sobre o preconceito dos ouvintes em relação aos surdos e também sobre a trajetória histórica das deficiências e dos sujeitos surdos, além de uma análise sobre os dois modelos de concepção da surdez: o modelo clínico-patológico e o modelo sócio-antropológico.

No Capítulo 2, a análise recai sobre as modalidades lingüísticas possíveis para a educação de surdos: a língua oral, a língua de sinais e o bilingüismo.

¹ Esta terminologia, usada para fazer referência à língua dominada pelos sujeitos surdos, tem o seguinte significado: oralizado é aquele surdo que faz uso somente da língua oral, na modalidade escrita e/ou falada; sinalizado é o surdo que faz uso apenas da língua de sinais; e bilíngüe é o indivíduo surdo que domina tanto a língua oral quanto a língua de sinais.

Já o Capítulo 3 versa sobre a questão da integração social, das interações familiares e sobre os fatores condicionantes na escolha da modalidade lingüística pela família. Em anexo, encontram-se os relatos dos sujeitos surdos que participaram desta pesquisa.

1- A SURDEZ

1.1 O preconceito em relação aos indivíduos surdos

Aos olhos dos leigos, ser surdo parece ser algo relativamente simples: significa não ouvir. Entretanto, a surdez engloba uma série de problemáticas que ultrapassam todo e qualquer simplismo pretendido pelos ouvintes. Quando pensei em escrever meu trabalho de conclusão de curso sobre a temática dos surdos, a maioria das pessoas com as quais conversava sobre isso me fazia perguntas como: “Mas porque fazer o trabalho sobre os...surdos?”, “Ninguém dá importância para deficientes, escreva sobre outra coisa”. Foi então que percebi como esta temática está fora do alcance das pessoas ditas “normais”, não-portadoras de deficiência. Isto talvez aconteça por ignorância, afinal, é difícil que as pessoas se interessem por algo que está tão distante, que não faz parte de seu dia-a-dia. Por causa da falta de contato com os diferentes, os Outros, no caso, os surdos. SACKS (1998 p. 15) observou este mesmo fato dizendo:

Somos notavelmente ignorantes a respeito da surdez - o que era, para o Dr. Johnson “uma das mais terríveis calamidades humanas”-, muito mais ignorantes do que um homem instruído teria sido em 1886 ou 1786. Ignorantes e indiferentes. Nos últimos meses, mencionei o assunto a inúmeras pessoas e quase sempre obtive respostas como: “Surdez? Não conheço nenhuma pessoa surda. Nunca pensei muito sobre isso. Não há nada de interessante na surdez, há?”.

Afinal, quem são os surdos? Onde vivem? Como se comunicam? Segundo o Censo de 2000, existem 5,7 milhões de brasileiros com deficiência auditiva nos mais variados graus – de deficiência auditiva leve até profunda.

Pensa-se que estes indivíduos têm em comum, todos eles, o compartilhar da experiência do não-ouvir. A experiência do não-ouvir diz respeito aos ouvintes, pois eles têm escolha, têm a possibilidade de tapar seus ouvidos e experimentar a ausência dos sons. Apenas quem ouve é capaz de entender o real significado da ausência de um mundo sonoro.

Os surdos, por sua vez, não possuem a opção de ouvir; eles simplesmente não ouvem, e, por isso, são incapazes de entender a experiência do não-ouvir que tanto enerva aqueles

que ouvem. Seus ouvidos são os seus olhos. Sua experiência de vida é visual. Sem conhecimento destes “simples” fatos, os ouvintes tendem a perpetuar os mesmos preconceitos sobre as pessoas surdas. O preconceito é um julgamento positivo ou negativo, formulado sem exame prévio a propósito de uma pessoa ou de uma coisa que, assim, compreende vieses e esferas específicas (JODELET, 1999 p. 59). Hoje, sabe-se que a forma dos preconceitos é menos importante do que os contextos históricos em que os mesmos se desenvolvem. E os preconceitos acerca dos indivíduos surdos foram criados num contexto histórico no qual reinava a ignorância a respeito das capacidades lingüísticas e cognitivas destas pessoas. AMARAL (1995, p. 120) ressalta que “o preconceito pode estar lastreado na aversão ao diferente, ao mutilado, ao deficiente – os estereótipos advindos serão: o deficiente é mau, é vilão, é asqueroso... Ou o preconceito pode ser baseado em atitude de caráter comiserativo, de pena, de piedade: o deficiente é vítima, é sofredor, é prisioneiro.”

O que os ouvintes chamam de surdez é algo com o que os indivíduos surdos convivem desde sempre, e definir a surdez é tão difícil para um surdo quanto é para um ouvinte definir o que significa escutar. Nas palavras de PADDEN & HUMPHRIES (1988, p. 29) :

Para as pessoas ouvintes a metáfora do silêncio retrata o que elas acreditam ser o lado escuro das pessoas Surdas, não somente uma incapacidade para usar o som para a comunicação humana, mas uma falha para conhecer o mundo diretamente. Para as pessoas ouvintes, o mundo torna-se conhecido através do som. O som é um meio confortável e familiar de orientar alguém para o mundo. E a sua perda interrompe a maneira que o mundo pode ser conhecido. Estas imagens comunicam a crença de que as pessoas Surdas não podem ter acesso ao mundo porque ele é primariamente conduzido pelo som e especialmente pela palavra falada. Em vez disso, elas são trancadas ‘no outro lado’ atrás de ‘barreiras do som’, e são condenadas a uma vida carecendo de profundidade de significado que o som torna disponível às pessoas ouvintes.

Ou seja, usando e pensando a palavra “surdo” de modo pejorativo, as pessoas que ouvem levam adiante uma série de preconceitos infundados, já que os mesmos se formam

nas mentes de ouvintes que não têm conhecimento sobre as pessoas surdas. Desse modo, o imaginário social comum vivido em torno dos sujeitos surdos prossegue.

Para demonstrar como a experiência do não-ouvir pode ser tão ou mais curiosa do que a experiência do ouvir, PADDEN & HUMPHRIES (1988, p. 6-7) narram a história da perplexidade de Sam Supalla, quando criança, ao descobrir que sua amiga não era surda como ele :

Um dia, Sam lembra-se vivamente, que ele finalmente entendeu que sua amiga era de fato estranha. Eles estavam brincando na casa dela, quando de repente a mãe dela chegou até eles e animadamente começou a mexer sua própria boca. Como se por mágica, a garota pegou uma casa de boneca e levou-a para um outro local. Sam estava perplexo e foi para casa perguntar a sua mãe sobre exatamente que tipo de aflição que a menina da porta ao lado tinha. Sua mãe explicou a ele que ela era **ouvinte** e por razão disto ela não sabia **sinalizar**; em vez disso, ela e sua mãe **falam**, movimentam suas bocas para falarem entre si. Sam então perguntou se esta menina e a família dela eram as únicas “daquele jeito”. A mãe dele explicou que não, de fato, quase todas as pessoas eram como seus vizinhos. Era a sua própria família que era incomum. Aquele foi um momento memorável para Sam. Ele lembra de pensar o quanto estava curiosa a menina ao lado, e se ela era **ouvinte**, como as pessoas ouvintes eram **curiosas**. Quando Sam descobre que a menina da porta ao lado é ouvinte, ele aprende alguma coisa sobre ‘os outros’. O mundo é maior do que ele havia imaginado, mas sua própria visão está intacta. Ele aprendeu que há ‘outros’ vivendo na sua vizinhança, porém ele ainda não aprendeu que os outros possuem maneiras diferentes de pensar.

A exposição acima demonstra de modo claro que, mesmo aquilo com que estamos acostumados há muito tempo pode, de uma hora para outra, tornar-se estranho. O estranhamento entre ouvintes e surdos é comum já que, para os ouvintes, os surdos são “os outros”, e vice-versa. Portanto, sem conhecimento prévio sobre a condição do “outro”, torna-se difícil compreendê-lo. Nas palavras de LANDOWSKI (2002 p.12):

(...) a figura do Outro é, antes de mais nada, a do estrangeiro, definido por sua dessemelhança. O outro está, em suma, presente. Presente até demais, e o problema é precisamente este: problema de sociabilidade, pois se a presença empírica da alteridade é dada de pronto na coabitação do dia-a-dia das línguas, das religiões ou dos hábitos – das culturas-, nem por isso ela tem necessariamente sentido, nem, sobretudo, o mesmo

sentido para todos. Por conseguinte, como viver a presença dessa estranheza diante de nós, ao nosso lado, ou talvez em nós?

Desconhecendo o Outro - que na verdade é considerado Outro porque é surdo - e não tendo conhecimento sobre ele, os ouvintes acabam definindo os sujeitos surdos em oposição a eles mesmos. Ou seja, não sendo capazes de ouvir como a maioria das pessoas, não podem ser considerados normais, sendo imediatamente colocados numa categoria inferior à das pessoas que ouvem. De acordo com SKLIAR (1998 p.21):

A configuração do ser ouvinte pode começar sendo uma simples referência a uma hipotética normalidade, mas se associa rapidamente a uma normalidade referida à audição e, a partir desta, a toda uma seqüência de traços de outra ordem discriminatória. Ser ouvinte é ser falante e é, também, ser branco, homem, profissional, letrado, civilizado, etc. Ser surdo, portanto, significa não falar –surdo-mudo- e não ser humano.

A partir do momento em que são considerados inferiores, os indivíduos surdos ganham das pessoas ouvintes uma série de caracterizações como: deficientes, anormais, problemáticos, coitados, seres patológicos, desviantes, etc. Os ouvintes lhes imputam tais caracterizações porque só conseguem pensar o sujeito surdo como um sujeito que, por ser incapaz de ouvir, é incapaz de qualquer realização que não seja simplória. São essas representações hegemônicas e ouvintistas as responsáveis pela surpresa dos ouvintes quando tomam conhecimento de que há muitos surdos médicos, advogados, dentistas, funcionários do alto escalão de empresas públicas e privadas², etc., como se os mesmos estivessem condenados a empregos não especializados que são, na maioria das vezes, reservados às pessoas portadoras de necessidades especiais. Para HUMPHRIES & PADDEN (1988, p.2) “a maneira tradicional de escrever sobre pessoas surdas é focalizar-se no fato de sua condição – que elas não ouvem – e interpretar todos os outros aspectos de suas vidas como conseqüências deste fato.”

Existem diferentes níveis de surdez: surdez leve, moderada, severa e profunda. De acordo com CÁRNIO, COUTO & LICHTIG (2000 p. 45):

² Nos Estados Unidos, principalmente, pelo alto nível de educação oferecida aos surdos, encontramos estes indivíduos ocupando as mais diversas posições no mercado de trabalho. No Brasil, em menor número, isso também se evidencia. Aqui, encontramos muitos surdos trabalhando em funções públicas.

Embora a literatura internacional diferencie, audiológicamente, os termos ‘hearing impaired’(deficiente auditivo) e ‘deaf’(surdo), no Brasil essa diferenciação não ocorre. O que se observa é que o uso desses termos é determinado pela postura filosófica que se tem a respeito da surdez. (...) Considera-se surdo o indivíduo que possui uma perda de audição, independente de qualquer conceituação audiológica. Trata-se de indivíduos que possuem valores e condições sócio-educacionais diferentes dos ouvintes.

A célebre frase de WRIGLEY (1996, p.1): “A surdez diz menos respeito à audiologia do que à epistemologia” é verdadeira. A surdez está muito mais ligada à posturas políticas e posições filosóficas do que a meros testes audiométricos, pois a surdez tem muito mais a ver com a questão **diferença** e a questão do **respeito pela diferença**. Portanto, cabe ao sujeito surdo escolher a perspectiva epistemológica sobre sua especificidade de acordo com a qual guiará sua vida. Mas essa escolha só será possível se a família proporcionar, desde cedo, as informações necessárias para que o sujeito tome conhecimento das diferenças lingüísticas e culturais que existem entre surdos e ouvintes.

1.2. Breve trajetória histórica das deficiências e dos sujeitos surdos.

A deficiência é um fenômeno universal, que ocorre nos quatro cantos do mundo, atingindo cidadãos das mais diferentes classes sociais e raças, de ambos os gêneros e de diferentes orientações sexuais. Mesmo não parecendo comum, existem surdos negros de classe alta e heterossexuais, índios cegos de classe baixa, mulheres surdo-cegas de classe média e homossexuais, e as mais variadas combinações.

O fenômeno da deficiência possui tanto concepções descritivas - que descrevem o tipo e grau da deficiência - quanto valorativas - que problematizam fatores extrínsecos à deficiência, como a interpretação e o julgamento, atitudes, preconceitos, estereótipos, etc. (AMARAL, 1995 p. 20)

O cientista social deve estar sempre exercitando o pensamento crítico-reflexivo para não se deixar dominar por “verdades” absolutizantes. Não se pode mudar a História, mas deve-se questionar as “verdades” de cada época - principalmente algumas “verdades” que teimam em existir em nossos dias. Neste sentido, creio caber aqui uma pergunta oportuna,

já que se sabe que os indivíduos surdos vêm sendo, ao longo da história, chamados de deficientes: é certo caracterizá-los assim?

Tendo em vista que os surdos criaram uma língua totalmente baseada e adaptada às suas necessidades visuais e que esta língua lhes possibilita uma plena comunicação, é um tremendo equívoco caracterizá-los como deficientes. A surdez pressupõe que o indivíduo não será capaz de se comunicar, mas os sujeitos surdos se comunicam de várias formas. Não escutar não significa não ser capaz de se comunicar, de adquirir uma língua, de alcançar desenvolvimento cognitivo.

Creio que os indivíduos surdos são pessoas que necessitam de apoios diferenciados em função da surdez **porque** vivem em um mundo que é majoritariamente ouvinte. Caracterizar o outro como deficiente porque ele não é igual a mim é uma atitude absurdamente etnocêntrica.

Como bem coloca SKLIAR (1997 p. 11-12) :

Fica claro que a pretensão de definir os sujeitos com alguma deficiência como pessoas incompletas faz parte de uma concepção etnocêntrica do homem e da humanidade. (...) O Homem seria mais Homem se não fosse surdo, se não fosse cego, se não fosse retardado mental, se não fosse negro, se não fosse homossexual, se não fosse fanático religioso, se não fosse indígena, etc. Nada mais absurdo. Não há nenhuma relação entre a deficiência e seus supostos derivados sociais diretos, pois estes não são uma consequência direta daquela, mas sim das formas e dos mecanismos em que estão organizadas e de que dispõem as sociedades para não exercer restrições no acesso a papéis sociais e à cultura das pessoas, de todas as pessoas. De fato, duas pessoas com idênticas deficiências, e que vivem em sociedades diferentes, possuem, obviamente, trajetórias de desenvolvimentos diferentes.

Hoje, todos aqueles que estão permanentemente envolvidos com sujeitos surdos - a família, os médicos, os educadores, os fonoaudiólogos, os antropólogos, os linguistas, etc. - já têm comprovação científica mais do que suficiente para não caracterizá-los como deficientes e, por isso, considerá-los como incapazes. Hoje é inadmissível fazer qualquer tipo de ligação entre surdez e deficiência, afinal, a surdez - aos olhos dos ouvintes - é capaz de impedir o indivíduo de se comunicar - e os surdos **não** são impedidos de se comunicar por causa dela.

Portanto, do ponto de vista científico, não há justificativa alguma para equiparar surdez e deficiência. Todos os sujeitos surdos que sofreram atrasos ou fracassos de comunicação ou aprendizagem não são culpados disso, e nem seu déficit auditivo é o vilão da história. Os verdadeiros culpados são os ouvintes, incapazes de tornar o estranho familiar, e o familiar, estranho. Nas palavras de LAPLANTINE (2000 p. 21-22):

De fato, presos à uma única cultura, somos não apenas cegos às dos outros, mas míopes quando se trata da nossa. A experiência da alteridade (e a elaboração dessa experiência) leva-nos a ver aquilo que nem teríamos conseguido imaginar, dada a nossa dificuldade em fixar nossa atenção no que nos é habitual, familiar, cotidiano, e que consideramos 'evidente'. Aos poucos, notamos que o menos dos nossos comportamentos (gestos, mímicas, posturas, reações afetivas) não têm realmente nada de "natural" (...) Aquilo que os seres humanos têm em comum é sua capacidade para se diferenciar uns dos outros, para elaborar costumes, línguas, modos de conhecimento, instituições, jogos profundamente diversos; pois se há algo natural nessa espécie particular que é a espécie humana, é a sua aptidão à variação cultural.

O questionamento crucial que se deve fazer ao tratar da questão das deficiências é de extrema simplicidade . Qual o papel da deficiência na vida de uma pessoa? SKLIAR (1997 p.12) explica que:

...o papel que desempenha uma deficiência no começo da vida de um sujeito não é de ser o centro inevitável de seu desenvolvimento, mas pelo contrário, a força motriz do seu desenvolvimento. O cérebro dos primeiros anos de vida é de tal flexibilidade e plasticidade que só uma profunda e errada abordagem clínica negaria todo o potencial de compensação que se reúne na direção contrária ao déficit. Em outras palavras, a criança não vive a partir de sua deficiência, mas a partir daquilo que para ela resulta ser um equivalente funcional.

Uma pessoa que possua um tipo daquilo que se denomina deficiência ³ não vive em função disso. Em alguns aspectos de sua vida, se verá limitada de determinados modos. E

³ De acordo com o Decreto n. 3298 de 20/12/1999, que regulamenta a Lei 7.853 de 24/10/1989, considera-se deficiência, no Brasil:

“Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera -se:

I - deficiência - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

hoje, com toda a tecnologia disponível, estes modos estão sendo passo a passo superados e deixados para trás. Exemplos disso são as próteses de última geração que permitem que pessoas que não possuem uma ou as duas pernas tornem-se maratonistas, e a internet, que, junto com a telefonia celular, possibilita comunicação instantânea para as pessoas surdas. Entretanto, nenhuma tecnologia no mundo é capaz de anular a **diferença**.

Quanto mais cedo ocorrer a deficiência, mais fácil será para que o sujeito se desenvolva através de equivalentes funcionais que vão contra a referida deficiência, como, por exemplo, os cegos que aprendem a ler em *braille* e os surdos que se tornam fluentes em língua de sinais. Viver em função do déficit é um erro grave, mas muito comum no caso dos surdos. A deficiência, ao mesmo tempo em que limita, fortalece.

Ao tratar desta temática, deve-se ter cuidado para não cair no lugar-comum de apenas vitimizar o deficiente e culpar a sociedade. AMARAL (1995, p.19) diz que a discriminação social do deficiente é um problema da sociedade que estigmatiza e separa,

III - incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis (db) - surdez leve;
- b) de 41 a 55 db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 db - surdez severa;
- e) acima de 91 db - surdez profunda; e
- f) anacusia;

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

mas é igualmente um problema seu enquanto indivíduo/sociedade –produto e produtor da história.

Os indivíduos “deficientes” são encarados através do prisma do desvio: seres humanos que não são considerados iguais aos outros e, por isso, enquadrados em concepções de patologia e anormalidade. O desvio necessita ser pensado como parte da diversidade humana. Afinal, vivemos num tempo em que as diferenças são incrivelmente acentuadas, e isto tem servido para demonstrar que cada indivíduo é normal à sua própria maneira. O conceito de normalidade tem uma única serventia: a de tentar ser uma justificativa para que se exerça poder sobre os corpos dos “desviantes”. Os indivíduos portadores de necessidades especiais são considerados desviantes. E isso nos remete à idéia de que existe um padrão de comportamento/ existência normal. A este respeito, VELHO explica que (1985, p.17) “a própria noção de desviante vem tão carregada de conotações problemáticas que é necessário utilizá-la com muito cuidado. A idéia de desvio, de um modo ou de outro, implica a existência de um comportamento ‘médio’ ou ‘ideal’, que expressaria uma harmonia com as exigências do funcionamento do sistema social.”

Existem milhões de “pessoas portadoras de deficiências” – as quais designo como pessoas portadoras de necessidades especiais – no mundo. Sua condição de “deficiente” sempre foi considerada trágica, principalmente porque estas pessoas, por serem excluídas da sociedade, acabavam por não conseguir se sustentar. Como o sustento próprio é considerado uma condição humana básica, estas pessoas passaram a ser vistas como eternamente dependentes, como pessoas que seriam um peso tanto para a família quanto para a sociedade. Atualmente, a maioria dos países já conta com leis e políticas públicas que garantem o acesso ao emprego às pessoas portadoras de necessidades especiais. No Brasil, isso se evidencia através dos artigos 36 e 37 do Decreto n. 3298 de 20/12/1999, que Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.⁴

⁴ “Art. 36. A empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

I - até duzentos empregados, dois por cento;

II - de duzentos e um a quinhentos empregados, três por cento;

III - de quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento; ou

Esta questão dos “deficientes” atormentava as pessoas “normais” desde os tempos mais remotos. Remonte-se à 428-348 AC, com Platão, apud Amaral (1995, p.44), que certa vez afirmou que “(a Medicina e a Jurisprudência) cuidarão apenas dos cidadãos bem formados de corpo e alma, deixando morrer os que sejam corporalmente defeituosos (...). É o melhor tanto para esses desgraçados quanto para as cidades em que vivem.”

Em 384-322 AC, Aristóteles, apud AMARAL (1995, p.44) defendia que “... com respeito a conhecer quais os filhos que devem ser abandonados ou educados, precisa existir uma lei que proíba nutrir toda criança deforme”.

Tendo estes dois pensadores, cujas idéias são mundialmente difundidas e conhecidas, escrito isto a respeito dos “deficientes e anormais”, é fácil compreender porque os vários pensadores que se seguiram tenham tido idéias tão semelhantes e porque estas idéias se difundiram amplamente e têm sido aceitas até os dias de hoje.

Portanto, na Antigüidade, os deficientes eram exterminados – por serem considerados um empecilho à sobrevivência de todo o grupo – ou então eram protegidos, pois com isso se conseguiria a simpatia dos deuses. Sobre o exposto acima, SACKS (1998, p.29) comenta:

Mas o que era de máxima importância e vinha sendo uma fonte de confusão mental desde as declarações de Aristóteles sobre o assunto foi a duradoura e equivocada idéia de que os símbolos tinham de ser falados. Talvez, de fato, essa idéia equivocada, ou preconceito, tão zelosamente acalentada, remonte aos tempos bíblicos: o status sub-humano dos mudos era parte do código mosaico e foi reforçado pela exaltação bíblica da voz e do ouvido como o único e verdadeiro modo como o homem e Deus podiam falar (“No princípio, era o Verbo”). E, no entanto, subjugados pelos trovões mosaicos e aristotélicos, algumas vezes profundas insinuavam que isso não precisava ser assim.

IV - mais de mil empregados, cinco por cento.

§ 1o A dispensa de empregado na condição estabelecida neste artigo, quando se tratar de contrato por prazo determinado, superior a noventa dias, e a dispensa imotivada, no contrato por prazo indeterminado, somente poderá ocorrer após a contratação de substituto em condições semelhantes.

Art. 37. Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência o direito de se inscrever em concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador.

§ 1o O candidato portador de deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de cinco por cento em face da classificação obtida.

§ 2o Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.”

De acordo com BEZ , apud FREITAS & PERANZONI (2000), na antiga Grécia, a deficiência era totalmente ignorada, não possuía nenhum espaço, considerando que a beleza e o culto ao corpo e à perfeição física eram tidos como condição *sine qua non* para a participação em sociedade, e uma pessoa com deficiência, considerada então feia, malformada, era, por consequência, praticamente uma ofensa ao povo. Assim, quando nascia uma criança que apresentava alguma deficiência esta devia passar por um "conselho" que definiria se deveria viver ou morrer. A criança destinada à morte era conduzida ao *Apothetai*, o que significa depósito. Mas, como em Roma, na Grécia houve muitas personalidades que apresentavam alguma deficiência, entre eles: Homero, que era cego; Alexandre, o Grande, que sofria de epilepsia; e Demóstenes, que sofria de gagueira. GODINHO, apud FIORI (1994, p. 9) acrescenta que na época dos gregos e romanos os surdos eram privados de qualquer possibilidade de desenvolvimento intelectual ou moral.

Durante a Idade Média, eram comuns as práticas de assistencialismo aos deficientes, pois, como a religião – cristianismo – era muito poderosa na época, acreditava-se até que os deficientes estavam possuídos pelo demônio. Os bruxos e bruxas não eram os únicos perseguidos pela Inquisição, que também ia ao encalço dos deficientes. Até o século XVIII tudo o que dissesse respeito às pessoas “deficientes” e “mal-formadas” não tinha qualquer ligação com a ciência, mas sim com o obscurantismo da religião. MAZZOTTA (1996, p.16) afirma que a religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, inculcava a idéia da condição humana como incluindo perfeição física e mental.

Sobre a trajetória histórica dos sujeitos surdos, podemos então dizer que, desde que se tem notícia, a surdez se configurou em complicadas relações de poder entre surdos e ouvintes, ou, melhor dizendo, entre oprimidos e opressores, mais fracos e mais fortes.

O que significa estar envolvido numa relação de poder? Significa, no caso específico dos sujeitos surdos, ver suas vontades, necessidades, ambições, talentos e direitos suprimidos por pessoas que nada entendem sobre sua condição mas possuem os meios necessários para isso; significa ser quase sempre vencido por outros seres humanos supostamente superiores, que sentem uma vontade irresistível e injustificada de eliminar ou esconder o único aspecto que efetivamente faz um surdo diferir de um ouvinte: sua forma

de comunicação **natural** não é a oral. WRIGLEY (1996, p.76) afirma que a institucionalização do surdo não foi um ato de escravização, mas a relação entre o possuidor e a posse foi certamente marcada por um paternalismo semelhante àquele que acompanhou a experiência americana da escravidão. Este autor considera que os surdos foram colonizados pelos ouvintes.

Na Europa, por volta de 1791, a língua de sinais era vista como a forma adequada de comunicação das pessoas surdas, tendo o Abade de L'Épée ajudado a balizar esta visão. O abade Charles Eppée foi o criador da primeira instituição especializada para surdos, utilizando o que ele chamava de “método dos sinais”. Isso aconteceu em Paris, no ano de 1770. Contudo, no final do século XVIII a língua de sinais começou a ser proibida nas instituições. Segundo LULKIN (1998 p.35):

A filosofia Sensualista, ao defender uma evolução da língua e da razão a partir dos sentidos em direção à abstração, determina que a língua de sinais (e toda a sua cultura), por estar limitada aos gestos e à “langage d'action”, não passa de um nível inferior do espiral evolucionista. O corpo está na base, a mente no topo. Logo concluindo que o surdo falante por sinais é um inferior na língua, na inteligência e no pensamento. Partindo desses fundamentos, educar passa a ser corrigir, reabilitar, impondo uma forma evoluída de expressão tal como o falar.

Foi o Congresso de Milão, em 1880, com cento e setenta e três congressistas ouvintes e apenas um surdo, que deixou claro o quanto a surdez está envolvida em relações de poder. Os ouvintes decidiram pelos surdos, abolindo totalmente o uso da língua de sinais e adotando o método oral puro.

A resolução do Congresso recomendou que somente ouvintes deveriam educar os surdos, o que acarretou na demissão de professores e funcionários surdos . Além disso, as línguas de sinais e classes especiais desapareceram das escolas. As tentativas de comunicação através de língua de sinais eram punidas. Segundo KYLE (1999, p.17) “a maioria dos surdos na idade de trinta anos, na Europa, relatam muitos incidentes de punições terríveis por uma simples expressão de sua comunicação natural. No Reino Unido, essas punições consistiam em trancar os alunos nos porões e armários, punição física e ridicularizá-los em público.”

O Congresso foi um marco na história dos surdos porque, efetivamente, foi a partir dele que a língua de sinais começou a ser vista como uma língua sem qualidade e importância, inútil para a educação dos surdos, devendo, por isso, ser evitada a todo custo.

Entretanto, não podemos culpar apenas os congressistas. Toda época, década ou século tem sua própria filosofia e visões de mundo. Por isto, até mesmo a Antropologia teve sua parcela de culpa, uma vez que, em 1880, seguia os ideais evolucionistas. Conforme LULKIN (1998, p.38):

A repressão autorizada pelo Congresso de Milão foi legitimada pela nova ciência da raça, especialmente a disciplina da Antropologia. Em 1868, Paul Broca, o fundador da Sociedade Antropológica Parisiense, diz que nenhum conhecimento humano que forneça dados sobre a história do homem e da sociedade humana pode ser excluído da Antropologia. Assim, as classificações antropológicas do século XVIII para o indivíduo surdo ganham nova força, definindo a linguagem dos sinais como uma forma de sobrevivência atávica da era primitiva do homem, fazendo com que as resoluções do Congresso parecessem razoáveis e progressistas.

Os ideais evolucionistas são ideais de progresso. Para a filosofia evolucionista, a sociedade se desenvolve linearmente⁵, progredindo sempre. Em outras palavras, a língua de sinais é considerada como sendo uma língua que precisa evoluir, enquanto a língua oral é considerada como estando no patamar máximo de evolução das línguas Segundo LODI (2000, p.65):

Os interesses políticos, ideológicos, sociais e culturais que estavam por trás dessa decisão, fortalecidos pelos avanços da medicina, resultados da eletroacústica, pesquisas sobre a reabilitação das afasias e os trabalhos da clínica foniátrica foram decisivos para o estabelecimento de uma educação para surdos realizada exclusivamente por meio da língua oral. Para isso, era fundamental que os indivíduos surdos fossem expostos a um trabalho voltado para o desenvolvimento do aprendizado desta língua.

A partir deste congresso, há um fortalecimento total do oralismo, cujo principal objetivo é transformar o surdo num sujeito capaz de falar e até mesmo escutar . Para que este objetivo seja atingido, é necessária uma rede de indivíduos ouvintes envolvendo o

⁵ Ver Da Matta, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

sujeito surdo de tal forma que não há possibilidade de escape: os pais, a família, os médicos, os educadores, os fonoaudiólogos; todos altamente empenhados em produzir um surdo que se passe por ouvinte, “normal”, sendo desta forma, segundo os integrantes da rede, melhor aceito na sociedade.

No final da Segunda Guerra Mundial, milhares de soldados voltaram para casa portando algum tipo de deficiência: ou estavam cegos, ou surdos, ou paraplégicos, ou tetraplégicos, etc. Conseqüentemente, como milhares de famílias viram-se frente a frente com alguma deficiência, foi preciso uma mudança de visão e de atitudes para que estes indivíduos pudessem ser, de alguma forma, reinseridos na sociedade.

Enquanto grupos de ouvintes tornam-se grupos culturais por possuírem diferentes visões e interpretações do mundo, os surdos o fazem por possuírem um modo de percepção do mundo diferente e também por compartilharem uma língua. Em cada país do globo terrestre existem milhares de pessoas surdas “que vêem”. Por isto, insisto na idéia de que a surdez não é uma simples diferença: ela é uma diferença lingüística⁶ (pois as pessoas surdas se comunicam através da língua de sinais, mesmo que muitos surdos saibam se comunicar oralmente), uma diferença cultural (pois as pessoas surdas, juntas, vivem a cultura surda), e uma diferença política (pois a surdez enquanto diferença envolve uma série de tentativas do controle do corpo dos sujeitos surdos e de opressão e exclusão dessa diferença). Ao meu ver, o que menos faz sentido a respeito da surdez e dos surdos é a tentativa desesperada, por parte dos ouvintes, de imposição de um mundo auditivo aos surdos. É isto que vem causando e perpetuando, ao longo dos séculos, a concepção da surdez como deficiência.

Quando se pensa a surdez como deficiência, como problema, é até natural que o plano de ação passe a ser corrigir esta deficiência, não importando como e nem levando-se em conta as vontades, necessidades e direitos do indivíduo considerado deficiente, fora dos

⁶ No entender de SKLIAR (1997 p.141-142): :“Os surdos formam uma comunidade lingüística minoritária caracterizada por compartilhar uma Língua de Sinais e valores culturais, hábitos e modos de socialização próprios. A Língua de Sinais constitui o elemento identificatório dos surdos, e o fato de constituir-se em comunidade significa que compartilham e conhecem os usos e normas de uso da mesma língua já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente. Isto é, desenvolveram as competências lingüística e comunicativa – e cognitiva - por meio do uso da Língua de Sinais própria de cada comunidade de surdos. (...) A participação na comunidade surda se define pelo uso comum da Língua de Sinais, pelos sentimentos de identidade grupal, o auto-reconhecimento e identificação como surdo, o reconhecer-se como diferentes, os casamentos endogâmicos, fatores estes que levam a redefinir a surdez como uma diferença e não como uma deficiência e permite que os surdos constituam, então, uma comunidade lingüística minoritária e não um desvio da normalidade.”

“padrões de normalidade”. A normalidade é um conceito muito relativo, porque em cada sociedade ela é encarada de modo diferente.

Nota-se, portanto, que não são apenas os surdos que se vêm historicamente encurralados, isto acontece com inúmeros grupos sociais: os cegos, os pobres, os loucos, os aleijados, os surdo-cegos, os índios, os doentes mentais, todos estes grupos vêm sofrendo, ao longo dos séculos, inúmeros tipos de pressões para serem “normalizados”. Especialmente no caso dos sujeitos surdos, os “normais” pretendem “consertá-los”. Conforme WRIGLEY (1996, p.82):

Os surdos são pessoas que ouvem com ouvidos defeituosos. Se pudéssemos consertar os ouvidos, eles estariam ouvindo. Esta lógica comum na verdade é comum, mas não necessariamente lógica. Os negros são pessoas brancas que possuem pele escura. Se pudéssemos consertar a pele, eles seriam brancos. As mulheres são homens com a genitália errada...e por aí vai.

Este trabalho assume como verdade que a surdez é uma diferença que engloba aspectos lingüísticos, culturais e políticos, sendo, portanto, uma diferença positiva. Tudo o que há de supostamente negativo a respeito da diferença que é a surdez, na verdade, encontra-se na mente das pessoas ouvintes. São os ouvintes que reclamam dos inconvenientes causados pela falta da audição – e esquecem-se que os sujeitos surdos não percebem estes “inconvenientes”, uma vez que não percebem os sons.

É provável que a sociedade jamais perceba a surdez como uma diferença positiva. Mas a realidade hoje, em todo o mundo, é que todas as pessoas diferentes – que formam as tão temidas minorias – estão caminhando rumo ao reconhecimento das suas diferenças de modo político para que possam exercer sua diferença, social e culturalmente, tendo seus direitos assegurados, visando como objetivo supremo sua integração econômica e sua inserção social.

Até hoje, todos os grupos considerados “diferentes” e “deficientes” lutam por uma existência digna em todos os países do globo. Contudo, chega-se a um ponto em que tentar convencer a sociedade sobre a “normalidade da diferença” torna-se um ato inútil. É por este motivo que os grupos minoritários se unem e formam grupos de pressão para que suas

diferenças sejam reconhecidas na forma da lei. Este é o único modo de garantir sua cidadania e de garantir uma existência pacífica, para si e para sua diferença.

Em síntese, pode-se afirmar, de acordo com PERRON, apud AMARAL (1995, p.53), que há uma evolução histórica das atitudes frente à deficiência: inexistência, até 1800, do problema no âmbito científico; daí até 1870 o surgimento, em clima “romântico”, das primeiras experiências terapêuticas e educativas; de 1870 a 1930-40 a existência de um certo “reinado” de receio e rejeição; e, finalmente, a partir da II Guerra Mundial o movimento sendo no sentido de firmar posições realistas e otimistas. Nota-se, portanto que, historicamente, os surdos vêm sendo caracterizados como deficientes, como portadores de deficiência que precisam de correção, passíveis de pena e, na melhor das hipóteses, de um assistencialismo inútil que nunca trouxe benefícios.

1.3. As duas visões antagônicas sobre a surdez

1.3.1 O modelo clínico-patológico da surdez

Sabe-se que existem duas maneiras de pensar a surdez: como uma deficiência – esta maneira abarca os pressupostos do modelo clínico-patológico da surdez - ou como uma diferença– esta maneira abarca os pressupostos do modelo sócio-antropológico. Nas palavras de BEHARES (1999 p. 141) “a tradição médica, preponderante até os anos sessenta e ainda hoje muito ativa, se inscreve entre os deficientismos; a nova tradição das ciências sociais (...) se inscreve no diferencialismo.”

A tradição médica - também chamada de modelo clínico, modelo terapêutico e modelo patológico da surdez - supõe que ser surdo é ter uma patologia que precisa ser medicalizada, corrigida ; um problema a ser resolvido. E o modo mais “eficaz” de resolver a surdez seria ensinando o surdo a falar. Este processo (ensinar uma pessoa surda a falar) é chamado de oralização, enquanto o conjunto de idéias defendidas pelo modelo clínico-patológico, que visam transformar os sujeitos surdos em sujeitos falantes, é chamado de oralismo, ou filosofia oralista. Segundo SOARES (1999, p.1) “Oralismo, ou método oral, é o processo pelo qual se pretende capacitar o surdo na compreensão e na produção de linguagem oral e que parte do princípio de que o indivíduo surdo, mesmo não possuindo o

nível de audição para receber os sons da fala, pode se constituir em interlocutor por meio da linguagem oral.”

Aprendendo a falar – em termos técnicos, tornando-se oralizado - o indivíduo aumentaria suas chances de ser visto como normal e de esconder a surdez. Portanto, para aqueles que concebem a surdez como uma deficiência, uma patologia, um problema, a escolha da modalidade lingüística é sempre a favor da língua oral, alcançada mediante um longo e extenuante processo que permitirá a oralização. De acordo com SACKS (1998, p.43):

O aspecto essencial é : as pessoas profundamente surdas não mostram em absoluto nenhuma inclinação inata para falar. Falar é uma habilidade que tem que ser ensinada a elas, e constitui um trabalho de anos. Por outro lado, elas demonstram uma inclinação imediata e acentuada para a língua de sinais que, sendo uma língua visual, é para essas pessoas totalmente acessível. Isso se evidencia mais nas crianças surdas filhas de pais surdos que usam a língua de sinais, as quais exercitam seus primeiros sinais aproximadamente aos seis meses de vida e adquirem uma fluência considerável expressando-se por sinais com a idade de quinze meses.

O modelo clínico-terapêutico, ao preconizar a normalização do sujeito surdo através do aprendizado da fala, se inscreve na tradição das práticas de controle do corpo. SKLIAR (1998, p.10) afirma que este modelo é entendido como o disciplinamento do comportamento e do corpo para produzir surdos aceitáveis para a sociedade dos ouvintes.

Como já dito anteriormente, o conceito de normalidade tem uma única serventia: a de tentar ser uma justificativa para que se exerça poder sobre os corpos dos “desviantes”. O modelo clínico-patológico exerce poder sobre o corpo dos sujeitos surdos na medida em que prende o corpo dos mesmos à uma série de regras que não devem ser desobedecidas: não gesticular, não usar as mãos para se comunicar através da língua de sinais, os olhos devem estar sempre atentos aos lábios das pessoas que estiverem ao seu redor, a voz deve ser minuciosamente controlada, etc. Contudo, autores como CAPOVILLA (2001, p.1481-1482) acreditam que a intenção deste modelo não era de fato “torturar” os indivíduos surdos. A oralização era considerada um caminho mais tortuoso, porém necessário.

Nas palavras de FOUCAULT (1987 p.126-127):

(...) o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. (...) O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica do poder’, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, segundo a rapidez e a eficácia que se determina.”

O controle do corpo do sujeito surdo se configura através da rede social na qual ele está inserido. Esta rede contém uma série de profissionais que tentam normalizá-lo, tendo o apoio da família. Assim que a surdez da criança é diagnosticada, a família percorre uma série de consultórios de médicos e fonoaudiólogos e, na maioria das vezes, volta para casa com a esperança de ver a criança “curada”. Segundo CASARIN (1996, p.4):

O imaginário social vivido em torno do surdo, em todos os segmentos da sociedade no século passado e em algumas décadas deste, senão até hoje, é responsável, a meu ver, pela instituição do próprio modelo clínico-terapêutico. No processo de reconhecimento da surdez, há um caminho percorrido pelas famílias de surdos na área da saúde, sendo esperado dos médicos um diagnóstico objetivo da surdez do paciente, definindo-a em níveis de perda auditiva. O discurso médico, por sua vez, reforçava o imaginário instituído, apontando às famílias a possibilidade de cura da “doença”, através de terapias da fala. Termos característicos desse discurso, como anomalia, déficit, tratamento, reabilitação, vão sendo incorporados ao discurso de outras áreas, como a psicologia, a filosofia e a educação, construindo dessa forma o modelo clínico-terapêutico da surdez.

Ou seja, este modelo crê que seja possível diagnosticar a surdez, tratá-la e curá-la. A surdez é percebida – equivocadamente – como uma doença que isola o indivíduo do resto do mundo, já que, por causa dela, ele seria impedido de falar. Todos os esforços estão centrados, por isso, no aprendizado da fala.

A perspectiva médica-clínica-patológica, ancorada no oralismo, prioriza exatamente aquilo que deveria ser deixado de lado – o déficit auditivo – enquanto deixa de lado aquilo que deveria ser priorizado – a criança surda possui os canais visuais que tornam possível a comunicação visual-gestual. A priorização do déficit é o ponto mais paradoxal do modelo clínico-patológico. Afinal, é justo treinar uma criança durante muitos anos para que ela

aprenda a falar (o que demanda esforços físicos e psicológicos intensos por parte da criança surda), trancando-a em consultórios durante horas e horas e privando-a do contato com seus semelhantes, ou seja, outras crianças surdas, independentemente destas serem usuárias de LIBRAS⁷ ? Esta é uma questão ética que deve ser pensada mais seriamente.

O oralismo e a oralização foram cuidadosamente planejado pelos ouvintes para encaixar os surdos nos moldes considerados aceitáveis pela sociedade maior. Ambos são, literalmente, a teoria e a prática do controle do corpo e da vida do surdo, travestidos sob a forma de uma alternativa para escapar da deficiência. Os profissionais e as famílias que optam pelo oralismo justificam sua escolha argumentando que, ao falar e “ouvir”, o surdo estará integrado na sociedade. Mas que integração é essa que obriga o indivíduo a mascarar, de todas as formas possíveis, aquilo que o torna diferente dos demais? Por que, para seja considerado integrado, o surdo precisa deixar de ser visto como tal e lutar contra as peculiaridades referentes à surdez? Sobre o exposto acima SKLIAR escreve que (1998, p.16-17):

Como toda ideologia dominante, o ouvintismo gerou os efeitos que desejava, pois contou com o consentimento e a cumplicidade da medicina, dos profissionais da área da saúde, dos pais e familiares dos surdos, dos professores e, inclusive, daqueles próprios surdos que representavam e representam, hoje, os ideais do progresso da ciência e da tecnologia – o surdo que fala, o surdo que escuta.

PERLIN (1998, p.59-61) afirma que o ouvintismo é o estudo do surdo do ponto de vista da deficiência, da clinalização e da necessidade de normalização, e divide o ouvintismo em três correntes: o tradicional, o natural e o crítico. Embora o ouvintismo natural admita que os surdos devam ser bilíngües, nestas três corrente está firmemente inculcada a idéia da superioridade da língua oral. É possível que se faça uso da linguagem dos sinais, *desde que* se faça uso da linguagem oral. Em outras palavras, o ouvintismo acredita que os sujeitos surdos só serão de fato considerados seres humanos caso falem, já que os mesmos podem ser “treinados” para isso por profissionais extremamente competentes da medicina e da fonoaudiologia.

⁷ Língua de Sinais Brasileira

Afinal, o oralismo é de fato infalível para que as pessoas surdas aprendam a falar e ler lábios e para que elas se integrem na sociedade de pessoas que ouvem? De acordo com GÓES (1999, p.40) :

O oralismo, nas suas diversas configurações, passou a ser amplamente criticado pelo fracasso em oferecer condições efetivas para a educação e o desenvolvimento da pessoa surda. Entre as muitas críticas, aponta-se o fato de que, embora pretenda propiciar a aquisição da linguagem oral como forma de integração, esse trabalho educacional acentua, ao invés de eliminar, a desigualdade entre surdos e ouvintes quanto às oportunidades de desenvolvimento. Dificulta ganhos nas esferas lingüística e cognitiva por exigir do surdo a incorporação da linguagem exclusivamente numa modalidade à qual este não pode ter acesso natural. E, na tentativa de impor o meio oral, interditando formas de comunicação visual-gestual, reduz as possibilidades de trocas sociais, somando, assim, obstáculos à integração pretendida.

O sujeito surdo é considerado deficiente porque não escuta e não fala. Como o modo comum de encarar um indivíduo desviante é através da perspectiva médica, para que ele se enquadre nos padrões normais – neste caso, falar e escutar, como todas as outras pessoas – a sociedade age no sentido de tentar normalizá-lo. Essa missão não é impossível, pois pode-se ensinar o sujeito surdo a falar e ler lábios, entretanto, por mais que ele seja ensinado a falar, jamais será capaz de ouvir e perceber o mundo através dos sons e da audição . O indivíduo surdo sempre fará uma “leitura” visual do mundo e de todas as suas experiências.

Existem muitos casos de sucesso entre surdos que foram submetidos à oralização. Estes surdos oralizados conseguiram chegar à faculdade, por exemplo, o que não acontece com um número considerável de sujeitos surdos. Entretanto, a oralização não funciona na mesma medida em que é bem-sucedida, ou seja, há um fracasso para cada sucesso.

O modelo clínico-terapêutico oprime os sujeitos surdos na medida em que proíbe ou dificulta muito o acesso à língua de sinais, e também na medida em que percebe estes sujeitos como deficientes, não reconhecendo a surdez como diferença, mas como patologia. Oprime os sujeitos surdos pois impõe como condição para que a sociedade os aceite que os mesmos se igualem às pessoas normais, que falam e escutam.

Em suma, este modelo tem como característica a não-aceitação da diferença e a transformação da peculiaridade de ser surdo em uma deficiência que deve ser corrigida, não importando a que custo. A não-aceitação da diferença e a exaltação demasiada da língua

oral acabam afastando os surdos que se tornam oralizados dos surdos que não dominam a língua oral. Em outras palavras, cria-se um processo de exclusão mesmo entre os próprios sujeitos surdos.

1.3.2 O modelo sócio-antropológico da surdez

Surge em meados dos anos sessenta o modelo sócio-antropológico da surdez, o qual concebe o sujeito surdo como componente de uma comunidade lingüística minoritária – que faz uso da língua de sinais⁸ – e concebe a surdez como uma diferença que, acima de tudo, deve ser compreendida e respeitada.

O modelo sócio-antropológico percebe o sujeito surdo não como um desviante, um “outsider”, mas sim como um ser humano que faz parte de uma cultura diferente, a cultura surda. Como toda cultura, ela engloba problemáticas identitárias, lingüísticas, políticas, etc. É uma cultura rica e plena.

Um dos aspectos mais interessantes sobre a surdez é que ela ocorre em todos os países do globo terrestre, e em todos eles os surdos enfrentaram – e em alguns, ainda enfrentam – os mesmos problemas. O mais clássico problema enfrentado pelos surdos das mais diferentes nacionalidades é o impedimento de se comunicar através da língua de sinais. Esse impedimento é feito pelos ouvintes, e não usa somente violência física. Na verdade, ele faz uso de violências mais sutis, como a coerção psicológica, através de enunciados desvalorizadores da língua de sinais proferidos principalmente por ouvintes adultos para crianças surdas.

O objetivo supremo do modelo sócio-antropológico é reconhecer e garantir o direito dos sujeitos surdos de ter acesso à língua de sinais – reconhecidamente a sua língua natural. Além disto, este modelo reconhece a surdez como uma diferença que engloba complexos aspectos lingüísticos, políticos e culturais

⁸ Sacks (2001 p.17) explica: “Sempre que as pessoas Surdas vivem juntas, elas criam uma linguagem própria – uma linguagem viso-gestual intrincada, o Sinal, também chamado de Língua de Sinais. Há um grande número de tais Línguas de Sinais no mundo, e o Brasil, com seus 200.000 Surdos reconhecidos oficialmente, tem uma Língua de Sinais própria, versátil e poderosa, a Língua de Sinais Brasileira. Não se trata de modo algum de uma forma manual de Português, ou de um Português sinalizado, mas sim de uma língua com gramática e léxico próprios – expressiva, eloqüente e graciosa. Foi apenas nos últimos quarenta anos que as Línguas de Sinais das pessoas Surdas passaram a ser reconhecidas pelos lingüistas e professores e, de fato,

Creio que este modelo tenha surgido não apenas por causa de uma “mudança de visão” de lingüistas, educadores e antropólogos, mas sim por causa da ruptura de um número expressivo de sujeitos surdos com o poder exercido pelos ouvintes sobre eles⁹ através das práticas de controle do corpo às quais eram submetidos em nome da oralização. Estas práticas, aliadas às repressões e proibições impostas à estes sujeitos, foram responsáveis pelo saber adquirido por eles em relação àquilo que funcionava e não funcionava para si mesmos, em termos educativos, lingüísticos e de integração social. FOUCAULT (1979, p.148), explica que “o poder, longe de impedir o saber, o produz”.

Portanto, o modelo sócio-antropológico surge como uma forma de oposição irrestrita a todo e qualquer tipo de poder e de opressão sofrida pelos sujeitos surdos.

Deve-se deixar claro que o modelo sócio-antropológico da surdez não crê que a língua de sinais deva ser usada apenas como um meio de garantir que os surdos também dominarão a língua majoritária (“Deixamos que vocês aprendam a língua de sinais, mas terão que aprender a língua oral, quer queiram ou não!”). Embora muitos professores estejam disfarçados atrás desse discurso pretendendo apenas o aprendizado da língua oral, o objetivo do modelo não é este, mas sim dar ao sujeito surdo o acesso ao seu direito de ser educado tanto na sua língua natural quanto na língua usada pelos ouvintes.

Deve-se assinalar que a maioria dos surdos oralizados brasileiros não se considera componente de uma comunidade lingüística minoritária, porque não usa a língua de sinais. Mesmo que esses sujeitos tenham sido educados através do modelo clínico-terapêutico, eles se inserem no modelo sócio-antropológico da surdez, por reconhecerem-na como diferença.

Assumir uma posição na temática da surdez implica certa radicalidade. Afinal, deve-se optar por uma das duas visões existentes sobre os surdos, sendo que elas são totalmente antagônicas. Segundo SOUZA & GÓES (1999, p. 169):

pelas próprias pessoas Surdas, como línguas completas e autônomas, plenamente equivalentes às línguas faladas, em todos os aspectos.”

⁹ A respeito da ruptura com o poder exercido pelos ouvintes, é interessante ressaltar um episódio relatado por Sacks (1998). Há, nos Estados Unidos, uma universidade para surdos chamada Gallaudet University (a única universidade de ciências humanas para surdos no mundo), em Washington. Em seus quase 130 anos de existência, nunca teve um reitor surdo. Por este motivo, em nove de março de 1988, houve a famosa “greve no Gallaudet”, na qual os estudantes surdos exigiam um reitor surdo. Após uma semana, os estudantes atingiram seu objetivo, com a nomeação de King Jordan, surdo, para ser o novo reitor da Gallaudet University.

Assumir uma perspectiva sociolinguística/antropológica na educação de surdos impõe, obrigatoriamente, uma total ruptura com os modelos clínico- terapêuticos, que ainda perpassam as discussões pedagógicas, mesmo entre aqueles que dizem defender um ensino bilíngüe. Requer, portanto, uma total ruptura com os mecanismos de poder e de controle dos saberes, os quais revitalizam o idealismo iluminista, transformam surdos em **ouvintes que não ouvem** , impõem a cultura e a língua majoritárias e, portanto, negam as diferenças sociais.

Este modelo carrega uma forte questão ética por acreditar que o acesso à Língua de Sinais não pode ser vetado de modo algum à criança surda. Que direito têm os pais de proibir que a criança tenha contato com a LIBRAS? Privar a criança surda de conhecer a Língua de Sinais Brasileira é privá-la de adquirir a cultura surda e de ter contato com outras pessoas que são iguais a ela. É privá-la de reconhecer-se em outras pessoas. É privar a criança surda do entendimento de sua própria diferença mantendo-a ignorante a respeito a mesma, ou informando-a de apenas uma possibilidade: a língua oral.

Portanto, o modelo sócio-antropológico abandona a visão da deficiência e passa para a visão da diferença: os surdos são pessoas que se comunicam naturalmente através de uma língua diferente, a língua de sinais. Por isso, não podem ser impedidos de ter acesso à ela.

2 - MODALIDADES LINGÜÍSTICAS POSSÍVEIS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS

2.1. Considerações sobre linguagem e língua

As controvérsias em torno da escolha entre língua oral e língua de sinais para a educação de surdos tem início no final do século XVIII.

Antigamente não se levava em conta o fato de a língua de sinais ser uma língua natural e uma língua como qualquer outra. Na verdade, durante muito tempo na Lingüística pensou-se que os sinais seriam apenas mera mímica e pantomima (CAPOVILLA, 2001 p.1489). Somente após vários estudos de lingüistas renomados (como STOKOE) é que se passou a pensar a educação de surdos sob o prisma da linguagem. Segundo ROBERTSON & RAMÍREZ (1999, p.228):

Desde la década del 60 a partir de los estudios de W. Stokoe, se demostró que la naturaleza de la lengua de señas no es muy distinta a la de las lenguas orales. Su diferencia fundamental está en la modalidad gestual visual. Así la lengua de señas, lengua materna de las personas sordas, es reconocida desde una perspectiva lingüística como una lengua legítima, completa, com estructuras gramaticales complejas y un amplo vocabulário.

Os seres humanos se comunicam de muitos modos, ou seja, fazem uso de vários meios de comunicação. A língua é um desses meios, mas é importante que não se confunda língua com linguagem: a língua é uma das variadas formas de linguagem do ser humano. Existem línguas orais-auditivas e línguas espaço-visuais. Sobre o exposto, FERNANDES (2003, p.17) explica que:

As línguas são denominadas orais-auditivas quando a forma de recepção não-grafada (não-escrita) é a audição e a forma de reprodução (não-escrita) é a oralização. É o caso do português, por exemplo, e de todas as línguas oralizáveis; as línguas espaço-visuais são naturalmente reproduzidas por sinais manuais e sua recepção é visual. Neste segundo caso, citamos todas as línguas de sinais, usadas, principalmente, pelos surdos. As línguas de sinais, como as línguas oralizáveis, possuem gramática própria, que as diferencia umas das outras e das oralizáveis. Isto quer dizer que a língua de sinais brasileira, por exemplo, tem estrutura diferente da estrutura da língua portuguesa e deve ser encarada, também, como uma língua natural (não-artificial), pois tem sua origem equivalente a qualquer língua natural que conhecemos”.

Percebe-se, então, que as línguas orais-auditivas são adequadas para os indivíduos ouvintes, enquanto as línguas espaço-visuais são adequadas para indivíduos surdos. Adequadas pois, em cada caso, ambas as línguas atingem os respectivos canais de recepção lingüística dos sujeitos.

A linguagem é universal e os seres humanos necessitam dela para poderem interagir uns com os outros através da comunicação, que permite a troca de informações. Sem ela, os seres humanos viveriam isolados uns dos outros e não seriam capazes de manter nenhum tipo de relação com seus semelhantes. A função mais importante da linguagem é permitir a interação que, por sua vez, permite a socialização do homem, já que também através da linguagem ele se torna capaz de aprender as regras de conduta da vida em sociedade.

Sobre as funções da linguagem, CASTILLA, HOCEVAR E DUHART (1999, p.83) afirmam que:

Las primeras funciones del lenguaje implican transacciones interpersonales inmediatas en las que se utiliza da lengua oral. Pero al volverse la sociedad más compleja llega un momento en que se necesita otro tipo de comunicación que trascienda el tiempo y el espacio. A esto se suma el hecho de que nuestra capacidad de utilizar y percibir un sistema simbólico no está militada a un único sentido: el oído. De hecho, la lengua escrita es visual, como también lo es la lengua de señas de los sordos. Esto demuestra que lo universal entre los seres humanos es la necesidad de crear y usar lenguaje. La forma que éste asuma dependerá de sus funciones y de las características de las personas que lo utilicen”.

As crianças ouvintes inevitavelmente desenvolverão a linguagem oral pois recebem e reproduzem sua língua através do som, usando, para tanto, seu sentido da audição. As crianças surdas têm como porta de entrada para a recepção de uma língua a sua visão; este é o seu modo natural de acesso à língua. Sendo assim, não é através do som que as crianças surdas aprenderão uma língua, mesmo que as pessoas ouvintes acreditem que este é o modo “normal” de aprendizado. De acordo com FERNANDES (1999, p.96):

É evidente que nossa cultura ouvinte está habituada a supor que o processo de entrada de regras gramaticais de uma língua para o indivíduo se dá através da exposição ao mundo da modalidade oral desta língua. Embora este seja o processo natural para o mundo dos ouvintes, isto não quer dizer, obrigatoriamente, que deve ser o processo natural para o mundo dos surdos.

Como as pessoas ouvintes entram em contato com sua língua através do som, elas crêem que é somente deste modo que alguém pode aprender a se comunicar. Entretanto, dominar a língua oral é muito diferente de dominar a língua de sinais, como explica FERNANDES (2003, p.46):

É óbvio que os ouvintes aprendem a falar a língua pelo contato sonoro. Negar esta premissa é negar uma evidência científica. Afirmar, no entanto, que este é o único caminho, é anticientífico, do mesmo modo, pois os pressupostos que regem o domínio da gramática de uma língua oral-auditiva não são apenas estes, mesmo para os ouvintes. Outro

engano é supor que domínio de língua está automaticamente ligado à escrita e a oralização. Dominar a língua é dominar regras gramaticais, e os mecanismos cerebrais responsáveis por este processo não estão escravizados à leitura ou à escrita e tampouco ao ouvir ou falar concretamente. Dominar uma língua é, na verdade, um fato abstrato, não submetido ao funcionamento, ou melhor, ao desempenho lingüístico. É um fenômeno decorrente do contato com a língua, do desempenho lingüístico em qualquer de suas modalidades – oral, escrita ou sinalizada (no caso das línguas de sinais).

A língua está intrinsecamente ligada à cultura, principalmente porque ela é adquirida através de interações sociais e inúmeros processos culturais. Por este motivo, se ressalta mais a diferença entre surdos e ouvintes, já que a cultura surda é diferente da cultura ouvinte. LÉVI-STRAUSS, apud CUCHE, (1999, p. 94), pensava que:

O problema das relações entre linguagem e cultura é um dos mais complicados que existem. Pode-se primeiramente tratar a linguagem como um produto da cultura: uma língua em uso em uma sociedade reflete a cultura geral da população. Mas, em outro sentido, a linguagem é uma parte da cultura(...). Pode-se também tratar a linguagem como condição da cultura e por duas razões; é uma condição diacrônica, pois é sobretudo por meio da linguagem que o indivíduo adquire a cultura do seu grupo; educa-se, instrui-se a criança com palavras; ela é criticada ou elogiada com palavras. Colocando-se em um ponto de vista mais teórico, a linguagem aparece também como condição da cultura, na medida em que a cultura possui uma arquitetura similar à linguagem. Tanto uma como outra se edificam por meio de oposições e correlações, isto é, por relações lógicas. Conseqüentemente pode-se considerar a linguagem como uma fundação destinada a receber as estruturas correspondentes à cultura encarada sob diversos aspectos. Estruturas que são mais complexas, às vezes, mas de mesmo tipo que as suas.

Como se sabe, sempre que houver uma comunidade de surdos em qualquer localidade geográfica do globo terrestre, encontra-se tanto a língua espaço-visual quanto a oral-auditiva. É difícil para os ouvintes entenderem a língua de sinais e para os surdos entenderem a língua oral, pois ambas são estruturadas de modo muito diferente, além de usarem canais de recepção-reprodução diferentes. FERNANDES (2003, p.39) elucida melhor esta questão:

O que caracteriza a distinção entre as línguas é a diferença existente entre os sistemas fonológico (de sons), morfológico (de formas), sintático (de estruturação frasal) e semântico-pragmático (significação e uso). É da estrutura específica de cada língua em seus quatro planos, anteriormente citados, que resulta a falta de inteligibilidade entre indivíduos falantes de diferentes línguas.

Em suma, o indivíduo surdo tem duas opções: a língua espaço-visual ou a oral-auditiva. Embora a língua de sinais seja a língua natural das pessoas surdas¹⁰, isso não quer dizer que elas não devam ou não possam aprender a língua oral. Creio que esta decisão – aprender ou não a língua oral - é muito pessoal e não deve ser uma imposição dos pais ouvintes durante a infância, fase da vida em que a criança não tem condições de contrariar a família.

¹⁰ A língua de sinais é a língua natural das pessoas surdas profundas.

2.2. Língua de Sinais

Os seres humanos são dotados de sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar) através dos quais percebem e decodificam o mundo exterior. Os seres humanos *surdos* são privados do sentido chamado audição, mas, mesmo assim, continuam sendo capazes de perceber o mundo. Seu sentido da visão continua intacto e é através dele que os surdos percebem e recebem as informações necessárias para uma compreensão do mundo, através de movimentos gestuais e expressões faciais que compõem a língua de sinais. WRIGLEY (1996, p.3) explica que “O mundo visual percebe e produz a significação através de canais visuais de uma lingüística espacial. Não é um mundo necessariamente melhor ou pior, apenas distinto e diferente.”

O som não tem sentido algum para uma pessoa surda. O que faz sentido, de fato, é tudo aquilo que ela consegue captar com os olhos. ROBERT HOFFMEISTER (1999, p.117-118), que é professor da Boston University, e um ouvinte filho de pais surdos¹¹, elucida mais claramente a questão:

Meus pais e as pessoas surdas com quem me relacionei em minha vida ensinaram-me a não me concentrar na idéia de ‘surdez’ que o ‘mundo dos ouvintes’ emprega, mas sim na ‘visão’ que o ‘mundo dos surdos’ define como o centro de suas vidas. Esta idéia precisa ser transmitida aos pais ouvintes pelo bem de seus próprios filhos surdos. Os surdos tornaram-se um grupo cultural com base no fato de que são pessoas ‘que vêem’. Seu acesso ao mundo se dá através de sua ‘visão’, perspectiva que se opõe à ‘surdez’.

A experiência de ser ouvinte mostra quanto o mundo sonoro é capaz de se sobrepor ao mundo visual. Todos os ouvintes se comunicam oralmente. O indivíduo surdo, ao contrário, tem sua própria língua, que foi criada por outros surdos como ele. As línguas de sinais¹² são línguas visuais, “adaptadas à natureza sensorial da visão” (HOFFMEISTER, 1999, p.119) e acessíveis a qualquer pessoa surda.

¹¹ Nos Estados Unidos, filhos ouvintes de pais surdos são designados pela sigla CODA, que significa Children of Deaf Adults.

¹² A língua de sinais não é uma língua universal, do mesmo modo que as línguas orais não são universais. Cada país possui sua língua de sinais: o Brasil, a Língua de Sinais Brasileira; a Argentina, a Língua de Sinais Argentina; os Estados Unidos, a Língua de Sinais Americana; a França, a Língua de Sinais Francesa, etc.

A língua de sinais foi criada pelos surdos e vem sendo transmitida, ao longo dos séculos, de geração em geração. Inúmeros pesquisadores (SACKS, FERNANDES, SKLIAR) afirmam que esta é a língua natural da pessoa surda e reafirmam que esta é a língua que deve ser posta em contato com as crianças surdas o mais cedo possível, para que elas a adquiram como língua materna e de modo totalmente natural. Nas palavras de SACKS (1998, p. 63) “A língua de sinais está voltada para as funções, as funções visuais, que ainda se encontram intactas; constitui o modo mais direto de atingir as crianças surdas, o meio mais simples de lhes permitir o desenvolvimento pleno, e o único que respeita sua diferença, sua singularidade”.

Sendo propiciado à criança surda um ambiente lingüístico adequado aos seus canais visuais de recepção/reprodução de linguagem, com o uso da língua de sinais ela tem a chance de se tornar fluente nessa língua muito precocemente. Dominando a sua língua natural, a criança surda estará preparada e terá as bases lingüísticas necessárias para adquirir a língua majoritária da sociedade em que vive, seja na modalidade oral ou escrita, ou em ambas.

Assim se expressa SACKS (1998, p.44):

As crianças surdas precisam ser postas em contato primeiro com pessoas fluentes na língua de sinais, sejam seus pais, professores ou outros. Assim que a comunicação por sinais for aprendida – e ela pode ser fluente aos três anos de idade – , tudo então pode decorrer: livre intercuro de pensamento, livre fluxo de informações, aprendizado da leitura e escrita e talvez, da fala. Não há indícios de que o uso de uma língua de sinais iniba a aquisição da fala. De fato, provavelmente ocorre o inverso.

O que ocorre, na realidade, é que a língua de sinais é uma língua minoritária, por ser usada por uma minoria da população em todos os países. Sendo assim, não deixa de ser discriminada como todas as outras línguas minoritárias.

No Brasil, a LIBRAS – Língua de Sinais Brasileira – já foi reconhecida em Lei¹³ como a língua oficial da comunidade surda brasileira.

¹³ Lei nº 10436 de 24/4/2002

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Em suma, as línguas de sinais são indicadas e utilizadas por pessoas “que vêem”, já que são línguas adaptadas à visão, sentido receptor da linguagem para as pessoas surdas. Quanto mais cedo a língua de sinais for colocada em contato com as crianças surdas, mais cedo elas dominarão esta língua e assim terão as bases lingüísticas necessárias para o domínio da língua oral, se assim o desejarem.

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181o da Independência e 114o da República.
Fernando Henrique Cardoso

2.3. Língua Oral

As críticas feitas por todos os pesquisadores (SKLIAR, BOTELHO, SACKS, FERNANDES, WRIGLEY, PADDEN, HUMPHRIES) à língua oral dizem respeito às tentativas de esta ser a primeira língua dos sujeitos surdos, ou então, a única língua. Não sendo a língua natural, não alcançando os canais visuais para transmissão de linguagem e enfatizando o déficit auditivo, a língua oral muitas vezes não alcança o sucesso esperado. A língua oral de que se fala, aqui, é a modalidade oral - falada - da língua portuguesa.

O oralismo, aparentemente, beneficia uma ínfima parcela daqueles que se submetem a ele. São poucos os surdos que alcançam uma fala compreensível e nem tudo o que os ouvintes falam é entendido, pois a leitura labial é uma arte difícil que requer muitos e muitos anos de treino e experiência para que se entenda uma percentagem razoável de uma conversa ou de um programa de televisão, por exemplo. Este fato foi constatado nos estudos de LACERDA & MANTELATTO (2000, p.23):

Os casos realmente bem-sucedidos nessa perspectiva terapêutica infelizmente são poucos. Alguns surdos chegam a falar bastante bem e a desenvolver estratégias para uma convivência satisfatória no mundo ouvinte, contudo, trata-se da minoria. A maioria desenvolve uma fala pouco inteligível, não chegando a um desenvolvimento consistente da linguagem, sentindo dificuldades em sua inserção no mundo ouvinte e desadaptados do mundo das pessoas surdas.

GREGORY (1996), pesquisadora inglesa, também apontou o mesmo problema entre jovens surdos pesquisados que haviam sido educados através da oralização. “A recent interview study, by myself and two colleagues, of a non-selected sample of deaf young people, found that one in seven did not have adequate linguistic skills in any language to participate in an interview. These were all young people born in the late 1960’s and educated under the oral system. (GREGORY, BISHOP AND SHELDON, 1995)”

Além disso, a ênfase na oralidade implica que o sujeito surdo precisa aprender a ter uma fala bonita e, no mínimo, compreensível. Como diz BOTELHO (1998, p.24), “o valor reside fundamentalmente na estética do falar”. Mesmo que este seja o ideal perseguido, nem mesmo os surdos oralizados alcançam uma fala como a dos ouvintes.

Como consequência, o aprendizado do português escrito é deixado em segundo plano. O português escrito é mais útil ao surdo do que o português falado - um bom exemplo disso é a alta porcentagem de surdos que não conseguem ser aprovados em vestibulares e concursos públicos por causa das provas de português e redação.

Um argumento muito poderoso a favor do domínio da língua majoritária - principalmente na modalidade escrita - diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho. Como os ouvintes não dominam LIBRAS, os surdos necessitam do português para poderem trabalhar. Segundo BAKER (1996) “The argument for the deficit model is that majority language competence is essential for equal access to employment, and to the economic and social advantages of the majority language society.”

É verídico que o oralismo nasceu junto à inúmeros preconceitos e também à ignorância em relação às condições de aprendizado de uma língua pelas pessoas surdas. Contudo, o oralismo não tinha como missão torturar os sujeitos surdos, mesmo dando a entender isso por causa dos métodos que utilizava. De acordo com CAPOVILLA (2001, p.1481-1482):

É preciso reconhecer que o papel central da linguagem para o desenvolvimento humano nunca foi negado por qualquer método, quer oralista ou quer de sinal. De fato, a ênfase no ensino da língua oral por parte dos oralistas era consequência direta de sua consciência da devida importância da linguagem e da competência lingüística. O método oralista objetivava levar o Surdo a falar e a desenvolver a competência lingüística oral, o que lhe permitiria desenvolver-se emocional, social e cognitivamente do modo mais normal possível, integrando-se como um membro produtivo ao mundo dos ouvintes. Entretanto, apesar das intenções de integração, não se pode dizer que o método oralista tenha tido sucesso indiscutível em atingir seus objetivos, quer em termos de desenvolvimento da fala, quer da leitura e escrita. Em todo o mundo, apenas um pequeno percentual daqueles que perderam a audição precocemente consegue oralizar de modo suficientemente inteligível a terceiros.

Em suma, a utilidade do português escrito para as pessoas surdas é muito maior do que a do português falado, pois é através do primeiro que elas podem ser aprovadas no vestibular, cursar uma faculdade, ser aprovadas em concursos públicos e, em muitos casos, conseguir emprego. Contudo, o método oralista tem fixação pela oralidade; os surdos que

se submetem a ele devem aprender a falar tanto para parecerem normais quanto para facilitarem a comunicação com os ouvintes. Constatase, então, que a obsessão pela fala pode acabar prejudicando - e muitas vezes prejudica - o aprendizado do português escrito, que tem o poder de abrir muitas portas para as pessoas surdas.

2.4. Notas sobre bilingüismo

Quando se fala em surdos bilíngües, se está falando de sujeitos surdos que dominam tanto a língua de sinais quanto a língua majoritária em sua modalidade escrita e/ou falada. O domínio sempre será maior em uma das línguas, pois é raro que um surdo domine plenamente tanto a LIBRAS quanto o português.

A filosofia bilingüísta dá total ênfase ao aprendizado da língua natural dos surdos - no caso do Brasil, a LIBRAS. Para tanto, a criança deve entrar em contato com a LIBRAS o mais breve possível. Após o aprendizado e domínio desta é que a criança estará preparada para aprender o português oral e escrito, pois já terá as bases lingüísticas necessárias para isso. Segundo CAPOVILLA (2001, p. 1540-1541):

A filosofia educacional do bilingüismo defende a tese de que a criança seja mergulhada desde tenra idade na Língua de Sinais para que possa atingir suficiente desenvolvimento lingüístico e cognitivo. É este desenvolvimento que lhe possibilitará, mais tarde, a fazer uso da Língua de Sinais como metalinguagem para a aquisição das habilidades de leitura e escrita alfabética e, se assim o desejar, também da oralização. (...) Assim, uma vez tendo adquirido e desenvolvido a linguagem de Sinais como sua língua materna natural, a criança Surda deve ser exposta a técnicas e exercícios de leitura orofaciais e de produção oral como recursos para a facilitação da aquisição da leitura e da escrita alfabéticas.

Como o bilingüismo ainda está engatinhando no Brasil e só recentemente vem sendo implementado, os sujeitos surdos que hoje são bilíngües adquiriram domínio em ambas as línguas por dois motivos:

1. Muitos surdos oralizados - geralmente após o fim da adolescência, quando são mais independentes da família - decidem aprender LIBRAS por iniciativa própria, a fim de poderem se relacionar com os surdos não oralizados e também fazer parte da comunidade

surda, cuja porta de entrada é o domínio da Língua de Sinais Brasileira. Estes indivíduos argumentam que sentem necessidade de ter livre intercuro tanto no mundo dos ouvintes quanto no mundo dos surdos.

2. Muitos surdos sinalizados decidem aperfeiçoar seu português escrito e até mesmo procuram terapias de fala alegando que não têm acesso às mesmas oportunidades que os ouvintes por não dominarem a língua majoritária. Como a LIBRAS não substitui a modalidade escrita da língua portuguesa, esta é necessária para o ingresso em universidades e empregos. Estes sujeitos surdos buscam a língua oral por necessidade, ou seja, para terem condições de competir com os ouvintes no mercado de trabalho.

A filosofia bilingüista acredita que as crianças surdas têm o pleno direito de ter contato com a Língua de Sinais e devem também aprender a língua majoritária do país onde vivem. Segundo SKLIAR (1999, p.10) “desde a celebração da conferência da UNESCO, em 1951, é axiomático que, ao se mencionar o caráter bilíngüe de um projeto educativo, seja reconhecendo o direito que têm as crianças que usam uma língua diferente da língua majoritária de serem educadas na sua língua.”

Hoje, pode-se afirmar que os surdos que utilizam a língua majoritária não o fazem somente para se parecerem com os ouvintes. Utilizar a língua majoritária é necessário para ingressar no mercado de trabalho em um mundo globalizado e capitalista, e o seu aprendizado é um direito assegurado a todo cidadão brasileiro.

Na verdade, existem dois motivos principais que levam os sujeitos surdos a se tornarem bilíngües: a vontade de interagir e ter livre intercuro entre surdos e ouvintes e a necessidade econômica de se inserir no mercado de trabalho. Em ambos os casos, ser bilíngüe só aumenta as oportunidades - sociais, econômicas, interativas e lingüísticas - das pessoas surdas.

De qualquer forma, tornar-se bilíngüe é uma opção muito íntima dos indivíduos surdos. Há uma grande divisão entre surdos oralizados e sinalizados, quando eles não são bilíngües. De um lado, os surdos oralizados se recusam a aprender a LIBRAS, alegando que ela não tem serventia alguma, já que eles não vivem no mundo dos surdos. De outro, os surdos sinalizados não têm interesse em aprender o português oral e não buscam aprimorar o português escrito (muitos surdos sinalizados possuem redação ininteligível). É impossível forçar os surdos oralizados a ter vontade de interagir com os sinalizados e participar da

comunidade surda. Para estes sujeitos, a surdez é muito mais percebida como um detalhe (este enunciado é válido para os casos de sucesso entre os surdos oralizados, ou seja, aqueles que possuem uma dicção inteligível pelos ouvintes e que dominam o português escrito). Mas para os surdos sinalizados, a surdez está longe de ser um mero detalhe em suas vidas, já que eles fazem questão de se comunicar somente através da LIBRAS. É como se, enquanto os surdos sinalizados vivem a sua diferença, os surdos oralizados não querem viver essa diferença de modo algum.

FERNANDES (2003, p.55-56) explica que:

Os últimos cem anos de educação de surdos, no Brasil, foram mais do que suficientes para aprendermos como não educar surdos, e também, como não formar educadores de surdos. Sabemos da importância da língua como instrumento de comunicação, mas também de seu papel no desenvolvimento dos processos cognitivos. Temos consciência de que a língua de sinais tem o seu posto garantido de fato, embora muitas vezes ainda não de direito. Sabemos, também, da importância da aquisição da língua portuguesa. Mas ainda não está claro, para muitos dos profissionais de nossa área, que bilingüismo na educação não se confunde ou não se deve confundir com gramaticalidade, com a mera aquisição de duas línguas no espaço escolar.

O bilingüismo, quando se tem em questão a surdez, diz respeito a garantir o direito das crianças surdas de ter contato com sua língua e com sua cultura enquanto estão passando pelo seu processo educacional. Esse direito só será de fato assegurado caso a língua de sinais não seja tratada como um mero acessório na educação dessas crianças. FERNANDES (2003, p.56) ainda ressalta que:

“Educação bilíngüe” passou a ser uma expressão usada pela grande maioria dos educadores. Tememos, no entanto, que não em sua real acepção. Os princípios que regem o que entendemos por bilingüismo na educação não podem ser confundidos, em sua essência, com a mera inclusão da língua de sinais na sala de aula, ao lado da língua portuguesa, ou, pior ainda, da mera e simples tradução do conteúdo pedagógico para a língua de sinais.

Chega-se, então, a uma encruzilhada: o mercado de trabalho exige que os surdos dominem o português (principalmente o português escrito). Mesmo que a LIBRAS tenha

sido reconhecida em Lei como a língua oficial da comunidade surda brasileira, os ouvintes que não têm contato com surdos não irão aprendê-la. Que empregador contratará alguém com quem não consegue se comunicar em português? Que segurança terá um sujeito surdo sinalizado que trabalha num local onde ninguém conhece a LIBRAS e ele não domina o português? Portanto, todos os indivíduos surdos que não dominam o português estão em desvantagem no momento de ingressar no mercado de trabalho. Ou contentam-se com os empregos não especializados e mal remunerados geralmente destinados às pessoas portadoras de necessidades especiais, ou dominam o português para terem oportunidade de escolha.

Tornar-se bilíngüe, portanto, é a forma mais eficaz para que o sujeito surdo possa se integrar tanto no mercado de trabalho quanto em ambos os mundos: o mundo dos surdos e o mundo dos ouvintes. Além disso, o bilingüismo possui algumas vantagens: menor etnocentrismo, maior tolerância, maiores possibilidades de comunicação e interação (ver BAKER,1996)

3 - A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS SUJEITOS SURDOS

3.1. A interação social: breves considerações.

Surdos e ouvintes são atores sociais que estão, invariavelmente, interagindo uns com os outros em contextos culturais e sociais. É através da interação social que os indivíduos tomam conhecimento das regras de conduta necessárias para a vida em sociedade. Na interação social, percebemos outras pessoas e situações sociais e, baseando-nos nelas, elaboramos idéias sobre o que é esperado e os valores, crenças e atitudes que a ela se aplicam (JOHNSON, 1997 p.131). De acordo com de TURNER (1994, p.77):

We all become human by interacting with others, and out of this interaction we acquire a personality, learn how to fit in society, and order our lives. This process of socialization into culture and social structure is vital to society and the individual. Without socialization we would not know what to value, what to do, how to think, how to talk, where to go, or how to respond. We would not be human.

Por serem diferentes, surdos e ouvintes estão, quase sempre, em estado de tensão em suas interações. Interação pressupõe reciprocidade, pressupõe saber, em parte, o que esperar daquele com quem estamos interagindo. Interação pressupõe, sempre, comunicação. Sem conhecer a língua usada pelo outro, a interação se torna totalmente insatisfatória. Sem saber o que o outro quer dizer, sem entender o que ele diz, não se pode dar uma resposta.

É através de suas interações que o ser humano se torna um ser socializado e passa toda a sua vida se ressocializando. Para que isso seja possível, deve-se dominar uma língua. Sabe-se que existem muitas formas de comunicação, mas é através de uma língua que os seres humanos efetivamente se comunicam, por isso o domínio de uma é imprescindível.

O que acontece entre surdos e ouvintes é simples: dominam línguas diferentes. Por isso, pode-se afirmar que as interações entre eles invariavelmente envolverão alguma angústia. Para um surdo sinalizado (popularmente, é assim que se chama um surdo que se comunica através da língua de sinais), a angústia se dá porque os ouvintes, em sua grande maioria, não conhecem sequer os sinais mais básicos da LIBRAS, por isso, não irão compreendê-la. Para um surdo oralizado, a angústia gira em torno da leitura labial: se o ouvinte com quem estiver falando não articular bem a sua boca enquanto fala, ele não será capaz de entendê-lo. Para os ouvintes, a angústia é causada por dois motivos: o surdo sinalizado não conseguirá entender o que eles falam - caso não façam leitura labial - e eles podem não compreender a fala de um surdo oralizado - o que geralmente acontece. Este fato foi apontado por GOFFMAN (1988, p.25-26) ao caracterizar estas situações como situações sociais mistas, como, por exemplo, entre um surdo e um ouvinte. Ele comenta, também, que o estigmatizado é constrangido de modos que não aconteceriam entre seus iguais:

Quando o defeito da pessoa estigmatizada pode ser percebido só se lhe dirigir a atenção (geralmente visual) - quando, em resumo, é uma pessoa desacreditada, e não desacreditável - é provável que ela sinta que estar presente entre normais a expõe cruamente a invasões de privacidade (...). Esse desagrado em se expor pode ser aumentado por estranhos que se sentem livres para entabular conversas nas quais expressam o que ela considera uma curiosidade mórbida sobre a sua condição, ou quando eles oferecem uma ajuda que não é necessária ou

não é desejada. (...) Há certas fórmulas clássicas para esses tipos de conversas: “Minha querida, como você conseguiu seu aparelho de surdez?”; “Meu tio-avô tinha um ,então acho que sei tudo sobre o seu problema”; “Sabe, eu sempre disse que esses aparelhos são amigos excelentes e solícitos”; “Diga-me, como você consegue tomar banho com seu audífono?” (...)... o indivíduo estigmatizado - pelo menos o “visivelmente” estigmatizado - terá motivos especiais para sentir que as situações sociais mistas provam uma interação angustiada.

Em suma, as interações entre ouvintes e surdos quase sempre causarão dificuldades de entendimento em função de ambos serem usuários de diferentes línguas, e também em função de que ambos fazem “leituras” diferentes do mundo: os surdos fazem uma “leitura visual”, enquanto os ouvintes guiam-se muito mais pela audição.

3.2 Interações familiares: surdos vivendo com ouvintes

Interagindo com a família, o indivíduo se socializa e passa a se integrar em determinados grupos sociais e, mais amplamente, na sociedade. A família é o lócus onde os indivíduos ensaiam suas primeiras interações face-a-face

As interações familiares dos sujeitos surdos não são problemáticas se estes são filhos de pais surdos: nascem filhos de pessoas que possuem a mesma diferença que eles. Adquirem a sua língua natural - a língua de sinais - da forma mais natural possível: interagindo quotidianamente com seus pais, que já são fluentes nela. Identificam-se desde cedo com pessoas iguais à eles e têm acesso à comunidade surda desde a mais tenra idade. Em suma, crescem num ambiente em que são iguais aos outros. Crescem com liberdade comunicativa, como qualquer criança ouvinte filha de pais ouvintes.

Entretanto, mais de 95% das crianças surdas não são filhas de pais surdos. Essas crianças nascem filhas de pais ouvintes e, na maioria das vezes, são o único membro surdo de toda uma família.

Em relação à aquisição de uma língua, essas crianças enfrentam alguns obstáculos. Um deles consiste no fato de que os pais ouvintes optam por oralizar seu filho surdo para que ele aprenda a falar. A língua oral não é sua língua natural e desde pequena a criança é proibida de ter contato com a língua de sinais ou com outras crianças surdas usuárias de

língua de sinais. Nesse caso, não há liberdade de comunicação, uma vez que uma língua foi imposta à criança.

Um outro obstáculo surge quando os pais ouvintes optam por ensinar a língua de sinais para a criança, mas eles não a conhecem ou não são fluentes nela. Tentam aprendê-la. Porém, jamais serão melhores professores do que sujeitos surdos fluentes em língua de sinais. Assim, a criança aprende a se comunicar tendo como principais instrutores outras pessoas que não seus pais. A esse respeito, SACKS (1998, p.75) afirma o seguinte: “É preciso uma interação adicional, totalmente visual, para que a criança surda possa desenvolver a sua própria identidade, especial e única - e isso só pode ser proporcionado por um outro ser visual, uma outra pessoa surda.”

Um outro obstáculo será quando os pais ouvintes optam por tornar a criança bilíngüe. Ela aprenderá a LIBRAS e a língua oral (em sua modalidade escrita, falada, ou em ambas). Em casa, se verá obrigada a fazer uso da língua oral, pois na maioria das vezes os pais não se preocupam em aprender a LIBRAS para poderem se comunicar com a criança.

Assim, os problemas de integração social dos indivíduos surdos têm origem nas suas próprias famílias. Como eles se integrarão na família se as interações comunicativas são problemáticas? Independente de ser oralizado, usuário de LIBRAS ou bilíngüe, os problemas de comunicação sempre existirão, porque a LIBRAS não é natural para os pais ouvintes e a língua oral não é natural para os filhos surdos.

A principal função da família a ser considerada, neste trabalho, é a função socializadora: ela tem que ser capaz de tornar seus filhos hábeis em se relacionar com outros grupos além do grupo familiar.

É fato que os pais ouvintes de crianças surdas levam um bom tempo até aceitar que seu filho é diferente, pois a primeira palavra com a qual têm contato é “deficiência”. “Deficiência auditiva”. O mote, apud AMARAL (1995, p.78) afirma que o impacto da deficiência na família depende especialmente de seis variáveis: a história anterior da família e seus dinamismos; o sentido por ela atribuído à deficiência em pauta; o grau de comprometimento no caso de seu filho; a forma como lhe foi transmitida a notícia; o nível sócio-econômico familiar e as expectativas em relação à prole e/ou em relação a esse filho em particular. Os pais enfrentam períodos de tristeza, angústia, de busca por curas milagrosas, rejeição, depressão, até que finalmente percebem que, independentemente de

ser diferente, seu filho está em suas mãos, depende deles e precisa aprender a ser um ser social. A família chega a um ponto em que necessita deixar sentimentos de lado e buscar o que de fato funciona para seu filho surdo em termos lingüísticos: a língua de sinais ou a língua oral.

Para as crianças surdas, as interações familiares são fundamentais, já que elas possuem uma diferença que só quer existir tranquilamente, e apenas a família pode proporcionar essa tranquilidade. Se uma criança não encontra em seu próprio lar um ambiente em que possa ser simplesmente quem ela é - um ambiente no qual não seja julgada, avaliada e reprimida o tempo todo por ser surda -, que facilidade e que habilidade terá essa criança de se integrar em outros grupos e contextos sociais? Uma criança que cresce entendendo que sua diferença é um fardo difícil de carregar - não por ela, mas pela família - certamente se transformará num adulto com uma carga intensa de raiva e ressentimentos desnecessários.

Se a surdez for percebida como um estigma a ser carregado pela família – o que de fato ocorre na esmagadora maioria das famílias ouvintes -, o sujeito surdo nunca será realmente aceito. A aceitação social é indispensável para a integração social. GOFFMAN (1988, p.18) afirmou que a aceitação é a característica central da situação de vida do indivíduo estigmatizado.

A interação familiar é de importância extrema para a formação da personalidade. TURNER (1994, p.83) sustenta a idéia de que a interação nos grupos primários é primordial: “...interaction in primary groups – groups where people know one another and feel closeness and intimacy- is more crucial in the formation of personality than contact with others in secondary groups – groups in which interaction is less immediate and more formal (COOLEY, 1909).”

Em suma, por ser a família um grupo primário, o grupo com o qual o indivíduo se identifica e com o qual aprende a se socializar, as interações familiares dos sujeitos surdos são de importância absoluta. Isto acontece porque, fora do ambiente familiar, os sujeitos surdos são “os outros”, “os diferentes”, “os estranhos”, aos olhos da maioria das pessoas. Então, é na e com a família que estes sujeitos aprendem sobre a real dimensão de sua diferença. Entretanto, mesmo que as pessoas surdas devam aprender no próprio seio

familiar sobre a normalidade de sua diferença, isto nem sempre ocorre, já que muitas famílias ouvintes não aceitam seu filho surdo como ele é: surdo.

3.3 Fatores condicionantes na escolha da modalidade lingüística pela família

Tanto na escolha da modalidade lingüística quanto em outros aspectos, as famílias ouvintes de crianças surdas são incrivelmente condicionadas pelos fatores abaixo:

3.3.1 A sociedade, que ainda vê com maus olhos aqueles que considera “deficientes”

O certo seria que os pais apenas levassem em conta as necessidades e potencialidades do seu filho ao fazer a opção entre língua oral e língua de sinais. Mas isso não é o que acontece. Os pais pensam em si mesmos (“O que os outros pensarão se meu filho não falar?”, “Terei falhado como pai se meu filho não for normal”, “Meu filho depende financeiramente de mim, e enquanto eu sustenta-lo ele terá que fazer o que eu achar melhor”), pensam no resto da família (“O que os meus pais acharão do modo que escolhi para educar meu filho?”), pensam no seu círculo de amigos mais próximos (“Será que meus amigos serão capazes de entender que meu filho não é como os filhos deles?”), pensam em todas as outras pessoas do globo terrestre (“Será que meu filho conseguirá ser independente um dia?”, “Será que as pessoas tratarão meu filho mal por ele ser surdo?”).

A família é rainha e prisioneira do social, ou seja, o social ainda exerce um intenso poder sobre a família, mesmo que hoje se viva num mundo moderno e mesmo que a instituição familiar tenha passado por intensos processos de transformação em virtude desta modernidade. De acordo com DONZELOT (1986, p.13):

Poder-se-á ver, então, esse primeiro objeto, a família, ocultar-se em detrimento de um outro, o social, do qual ela é, ao mesmo tempo rainha e prisioneira. São também os procedimentos de transformação da família que instalam as formas de integração moderna que emprestam às nossas sociedades seu caráter particularmente policiado.(...) Nem destruída, nem piedosamente conservada: a família é uma instância cuja heterogeneidade face às exigências sociais pode ser reduzida ou funcionalizada através de um processo de flutuação das normas sociais e dos valores familiares.

3.3.2. Os médicos otorrinolaringologistas

O médico que detecta a surdez é a primeira pessoa com quem os pais têm contato ao saber que a criança é surda, e a primeira opinião sobre surdez que os pais tomam conhecimento vem dele. Ao detectar a surdez dão aos pais a visão da mesma como uma doença que pode ser tratada e curada. Isto é suficiente para acalantar esperanças ilusórias e tornar o relacionamento pais-filho uma extensão do que foi dito no consultório médico. Além disso, alguns médicos agem de má-fé sugerindo que crianças surdas profundas - incapazes de escutar som algum - usem aparelhos auditivos caríssimos e sejam submetidas à cirurgias inúteis.

3.3.3. Os fonoaudiólogos

Depois que a surdez da criança é detectada, o médico sugere que os pais a encaminhem a um profissional da fonoaudiologia. Esses profissionais têm a chance de mostrar aos pais que a surdez não é uma doença ou uma deficiência, mas sim uma diferença. Os fonoaudiólogos, então, muitas vezes já encaminham a criança diretamente para terapias de reabilitação, enfatizando o dever e a necessidade que a criança surda

deveria ter de aprender a língua oral o mais cedo possível. Isso gera uma grande expectativa nos pais. De acordo com DANESI (2001, p.70):

Pensam que os aparelhos auditivos realizam milagres, criam falsas perspectivas. Os pais ouvintes de crianças surdas foram convencidos, na sua grande maioria, que o surdo necessita ser curado, tornam a vida dos filhos uma eterna busca pela oralização, as crianças passam os dias em tratamentos reabilitatórios, não têm tempo de brincar (...). Escondem um desejo secreto, que é o de tornar seus filhos ouvintes.

Atualmente, o papel do fonoaudiólogo, face aos sujeitos surdos, tem sido repensado em função da mudança do paradigma clínico-terapêutico para o sócio-antropológico. Pensa-se que sua função foi deslocada: em vez de passarem anos tentando “reabilitar” a criança surda - agindo como uma verdadeira polícia da língua oral-, eles deveriam passar a orientar os pais de modo realista e ético a respeito da Língua de Sinais Brasileira. Esses profissionais não deveriam ser procurados pelos pais, mas sim pelos próprios sujeitos surdos numa idade em que a língua oral não fosse mais uma imposição - como na infância- mas sim uma opção pessoal e particular. DANESI (2001 p. 178) é bem crítica em relação à necessidade de mudança de papel de muitos fonoaudiólogos:

Reconhecemos também, que se o fonoaudiólogo continuar pensando a surdez como um problema exclusivo da audiologia, se continuar considerando o surdo como um inválido, como anormal, e a sua língua natural como simples pantomima, se ele continuar insistindo em colocar o surdo na “camisa de força” do oralismo, realmente não existe papel para este profissional dentro desta nova concepção que reconhece na comunidade surda hábitos e valores, e uma cultura diferente da ouvinte.

3.3.4. Fatores financeiros

A questão financeira pesa consideravelmente na hora da família optar entre a língua oral e a língua de sinais. Isso acontece porque as sessões com fonoaudiólogos para que a criança se torne oralizada são muito dispendiosas. Se uma família de baixa renda decide tornar seu filho surdo oralizado, ela se verá frente-a-frente com o obstáculo de não ter dinheiro para isso.

A maioria dos surdos oralizados vem de famílias de classe média-alta (isso é confirmado nesta pesquisa, pois a amostragem de sujeitos surdos participantes da mesma, quando oralizados, são de famílias de bom poder aquisitivo). Ou seja, são famílias que podem arcar com os custos financeiros de sua escolha pela língua oral.

O governo, através do Sistema Único de Saúde – SUS -, vem custeando uma operação chamada Implante Coclear¹⁴, e também proporciona as sessões com fonoaudiólogos para que a criança surda seja oralizada. Entretanto, tendo em vista a situação precária da saúde pública no país, é fato que as sessões fonoaudiológicas não serão feitas com a mesma regularidade e intensidade com que seriam feitas em uma clínica particular.

Enfim, existem vários fatores que condicionam, cada um a seu modo, a escolha da família entre língua de sinais e língua oral. Cada um desses fatores condicionantes faz todo o possível para que os pais optem pela modalidade lingüística que fará a criança viver em função da busca por aquilo que ela não possui: a audição. Não há nada que condicione os pais a fazer a opção pela Língua de Sinais, e a verdade é que muitos pais até procuram profissionais que sejam contra a mesma. Talvez o único modo de desmistificar a Língua de Sinais para as famílias ouvintes seja colocando estas em contato direto com a comunidade surda.

¹⁴ “Trata-se de uma prótese computadorizada, inserida cirurgicamente no ouvido interno, que substitui parcialmente as funções da cóclea (órgão que transmite a vibração do som), transformando a energia sonora em sinais elétricos. Os sinais são codificados e enviados ao córtex cerebral. Esse tipo de implante é conhecido popularmente como “ouvido biônico”. O Implante Coclear chega a custar mais de 20 mil dólares em hospitais particulares, fora outros custos cirúrgicos. Por este motivo, o Centrinho, assim como os outros 6 hospitais no Brasil que fazem o implante pelo SUS, é procurado por um grande número de pessoas. Somente em Bauru, cerca de 580 pessoas procuram o tratamento mensalmente. No entanto, nem todos candidatos podem ser transplantados. Exames minuciosos são realizados no paciente para averiguação de tipo e grau de deficiência, condições para reabilitação oferecidas na cidade de origem, organização familiar, entre outros.

3.4. Integração ou exclusão: analisando relatos de sujeitos surdos oralizados e bilíngües.

3.4.1. Metodologia utilizada.

Meu primeiro contato com outras pessoas surdas se deu através de uma escola de educação especial que adotava a filosofia do bilingüismo –ensinando LIBRAS como primeira língua e o português como segunda língua -, à qual me dirigia para fazer um curso de língua de sinais de nível básico. Minhas tentativas de aproximação para coleta de dados e relatos não foram satisfatórias, pois os pais - e até alguns avós - estavam sempre por lá a observar cada passo dos filhos. Todo pesquisador sabe que a veracidade das respostas do informante pode ser afetada se estas forem dadas sob o olhar cerceador de outra pessoa, como os pais, por exemplo. E era exatamente isso que acontecia. Toda vez que tentava uma aproximação com um dos alunos para conversar no intervalo do curso, lá vinha um pai, uma mãe - e até o vice-diretor da escola- para perto, a fim de ficar observando.

Perguntas a respeito dos pais e da família, se fossem feitas, teriam veracidade duvidosa. Imagine perguntar a um surdo se ele tem alguma crítica a fazer sobre seus pais em relação à sua educação, em frente aos mesmos. Não daria certo. E assim aconteceu.

Era preciso achar um meio no qual eu não fosse considerada uma intrusa, mais uma pesquisadora que “só está ali porque as pessoas são surdas”, comentário muito comum quando o pesquisador se apresenta a um grupo de surdos. Era preciso um meio em que os sujeitos surdos se sentissem à vontade para dar suas respostas e compartilhar suas vivências, sem a interferência de ninguém.

Foi então que, em 2002, em incursões pela internet, acabei encontrando um **e-group**¹⁵ de surdos oralizados. Entrei para o grupo, que foi crescendo aos poucos. Todos os dias chegavam ao meu email inúmeras mensagens dos componentes do grupo (surdos e alguns

Constam no processo de triagem avaliações audiológica, fonoaudiológica, psicológica, social, neurológica e otológica.”

¹⁵ E-groups são grupos virtuais de pessoas que trocam emails diariamente compartilhando opiniões e informações a respeito de assuntos de interesse comum.

pais) sobre assuntos relacionados à surdez. Era interessantíssimo ler aquela infinidade de mensagens, nas quais experiências sobre a própria surdez eram contadas detalhadamente.

Efetivamente, neste trabalho, foram usadas as opiniões de membros de dois **e-groups** hospedados no portal **Yahoo**: o **e-group** (surdosoralizados) e o **e-group** (surdos-ce). Os membros desses **e-groups** são, em sua grande maioria, indivíduos surdos, mas encontramos também alguns pais, fonoaudiólogos e educadores. Todos os sujeitos surdos membros dos e-groups trabalham, ou já trabalharam, todos têm o segundo grau completo e a grande maioria cursa ou já cursou faculdade, fazem parte da classe média - alguns da classe média-alta. Resolvi, então, tomar estes grupos para a minha pesquisa.

De acordo com ROUANET (1993, p.258) “o antropólogo está tão ansioso em mostrar que não é colonialista que se esquece que a melhor maneira de tratar os homens como iguais é argumentar com eles, e que o modo mais devastador de despreza-los é não se dar ao trabalho de discordar deles.”

Um dos aspectos interessantes desse modo de coleta de dados é que o pesquisador pode argumentar com seus informantes, questiona-los, discordar deles, ou seja, a troca é muito rica. Os diálogos não são unilaterais, do tipo informante só responde e pesquisador só pergunta. A dinâmica dessa troca de informações é incrível, pois o pesquisador envia uma mensagem fazendo um questionamento e recebe uma grande quantidade de mensagens dos informantes (daqueles que se propõem a responder, pois ninguém é obrigado a participar da discussão se não desejar) explicando, concordando, discordando, questionando, enfim, é uma experiência cheia de interação - mesmo que virtual. O pesquisador rompe com o antigo mito de que não se deve deixar envolver: é somente deixando-se envolver que se vai até o cerne da questão.

A argumentação com os informantes é imprescindível. Adotei a postura da antropologia comunicativa, proposta por ROUANET (1993, p.264-265):

Adotando a moldura comunicativa, o antropólogo atende a preocupação anti-etnocêntrica que está na raiz do positivismo e do relativismo: o mero fato de escolher a via da argumentação já mostra que ele está disposto, de saída, a abrir-se aos pontos de vista do seu interlocutor, em vez de impor despoticamente suas certezas culturais. Ao mesmo, a teoria comunicativa não o confronta com a exigência impossível de abster-se de todos os juízos de valor, ingressando na argumentação como um indivíduo fora da história e fora do espaço (...) Longe de ser bloqueada

pela introdução no processo do ponto de vista do antropólogo, a objetividade desse saber é assegurada, precisamente, pela tomada de posição do antropólogo no que se refere à validade das crenças cognitivas e à legitimidade das normas, porque ela estimulará seus interlocutores a definirem mais claramente as razões pelas quais a comunidade as aceita.

Participando dos e-groups surdos-ce e surdosoralizados, ficou claro que minha posição não era favorável à língua oral como L1 (primeira língua) da criança surda. E foi a partir desta posição que dialoguei com os informantes, pois sem opinião formada - e calcada em bases teóricas - não há diálogo. Se os informantes não souberem a opinião do pesquisador sobre o que está sendo pesquisado, o pesquisador apenas obterá respostas, irá para casa e dialogará consigo mesmo sobre elas. O ideal para a pesquisa é que se dialogue com os emissores das respostas, caso contrário, o pesquisador corre o risco de ser demasiadamente arrogante e pretensioso ao chegar às conclusões sozinho. As ciências sociais não são ciências exatas, onde se observam fenômenos regulares e não é preciso lidar ou contar com seres humanos. Sem ter um diálogo real – argumentativo- com seus informantes, o antropólogo apenas pode supor que chegou a alguma conclusão válida. É através do diálogo exaustivo e da argumentação que o pesquisador pode ter acesso à opiniões claras e definidas, pois desse modo o informante não estará apenas emitindo uma resposta, mas sim questionando a si mesmo acerca de suas próprias verdades.

Ainda nas palavras de ROUANET (1993, p.276-277):

A antropologia comunicativa afirma que a comunicação visando o entendimento mútuo é sempre possível entre os homens, porque ela é inerente às próprias estruturas da linguagem. É evidente que o consenso é mais fácil entre interlocutores da mesma cultura, mas o núcleo mínimo de valores e traços invariantes capazes de facilitar esse consenso é comum a todos os homens, ainda que implicitamente: o próprio valor do entendimento, sem o qual não se abririam processos dialógicos, e os intrínsecos a cada pretensão de validade – o da verdade, o da justiça e o da veracidade. Uma vez ingressando na relação comunicativa, graças a esses valores comuns, os interlocutores podem por sua vez acercar-se cada vez mais, porque é inerente à comunicação o processo que Gorge Herbert Mead chamava de role taking, a capacidade de cada participante de colocar-se na situação de vida e constelação de interesses de todos os outros.

O modo que escolhi para me aproximar dos sujeitos surdos para obter seus relatos e opiniões teve os seguintes aspectos positivos:

1. Os membros dos e-groups ficaram livres para responderem perguntas e participarem de discussões no momento em que desejarem. Em outros casos, o pesquisador se dirige até o local, espera ter um bom contato com seu informante e este – por ser um ser humano e estar suscetível á variações de humor, problemas pessoais, etc. – acaba sendo monossilábico por não estar com vontade de ser questionado, ou simplesmente não estar com vontade de conversar. Nos e-groups não há contato físico direto, poupando o pesquisador de ter que se dirigir a vários locais. Além disso, se os informantes não podem ou não querem contribuir num dia, podem contribuir em outro.
2. As contribuições foram espontâneas. Às vezes, algum tópico era introduzido para discussão e algumas pessoas não se manifestavam. Dias depois, após ler as contribuições de outros membros, essas pessoas expunham suas opiniões.
3. Os informantes não argumentam só com o pesquisador: argumentam entre si. É comum o pesquisador tomar como verdadeira uma resposta dada de forma isolada por algum informante. Com a dinâmica do e-group, o que se observa é que nenhuma resposta é estática ou totalmente verdadeira. Quando argumentam entre seus iguais, os informantes muitas vezes abandonam opiniões demasiado rígidas ao tomar conhecimento das experiências de vida de seus semelhantes.
4. Os informantes não sofrem influências externas de outras pessoas ao se expressarem. Como os membros dos e-groups são surdos dos mais diversos Estados do país, preserva-se um pouco o anonimato. Como consequência, os informantes não têm a preocupação de serem censurados de alguma forma, já que a participação no grupo é parte de sua vida privada, e a ela só terá acesso quem eles permitirem.

É preciso salientar os motivos que me levaram a escolher este modo de coleta de dados:

1. Os membros desses dois e-groups – 95% deles- são oralizados. Era preciso ter depoimentos de pessoas que foram educadas através do oralismo, teoria muito criticada neste trabalho. Sendo maioria dos autores críticos ferrenhos do oralismo, é necessário dar

voz àqueles que são a prova viva do sucesso, do fracasso, dos malefícios e benefícios da prática desta teoria.

2. Esses sujeitos já são, em sua grande maioria, independentes dos pais, além de já terem passado por todo o seu processo educacional (1º, 2º e alguns o 3º grau). Portanto, têm experiências de vida suficientes para contribuir com a pesquisa. De que adiantaria interrogar adolescentes surdos que não passaram nem pela metade das experiências que esses informantes já passaram?

3. Uma boa parcela dos informantes tornou-se bilingüe, ou seja, foram oralizados mas, por escolha própria, buscaram o aprendizado da LIBRAS. Como a alternativa sugerida neste trabalho para a integração social dos indivíduos surdos é o bilingüismo, estes informantes contribuíram muito com o relato de suas experiências lingüísticas nos dois mundos.

3.4.2 Aspectos da integração social e econômica dos sujeitos surdos

É complicado falar de integração social num país como o Brasil – um país com gritantes desigualdades de distribuição de renda e que possui uma educação pública precária, onde o acesso à saúde é difícil e a pobreza impera. Muitos pontos precisam ser levados em consideração, sendo o principal deles o fato de que uma percentagem muito alta da população não consegue se inserir no mercado de trabalho.

Quando as pessoas não têm acesso à educação, à saúde, à alimentação e à moradia, elas não têm os seus direitos assegurados, não vivendo com dignidade. Desta forma, não há como falar de integração, mas sim de exclusão e marginalização social.

Como já dito anteriormente, as pessoas portadoras de necessidades especiais - incluídas aí as pessoas surdas - têm sido excluídas e marginalizadas há séculos. Entretanto, há algum tempo, vem sendo trabalhada a idéia de integração social: estas pessoas devem, efetivamente, fazer parte da sociedade maior, integrando-se social e economicamente. E cabe à sociedade proporcionar os meios necessários para que isto aconteça. Segundo SASSAKI (1997, p. 30-31) :

A idéia de integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas portadoras de deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência. (...) Mais ou menos a partir do final da década de 60, o movimento pela integração social começou a procurar inserir as pessoas portadoras de deficiência nos sistemas sociais gerais como a educação, o trabalho, a família e o lazer.

Autores como SASSAKI (1997) afirmam que existe diferença no uso dos termos “integração social” e “inclusão social”. A inclusão pressupõe uma certa mudança de conduta e pensamento da sociedade perante as pessoas portadoras de necessidades especiais. A integração pressupõe que estas pessoas estejam capacitadas para viver na sociedade maior.

Por isto, creio que seja mais pertinente falar de integração , já que todos aqueles que são considerados deficientes vivem uma situação de enorme desvantagem social, ou seja, a sociedade não deixa de vê-los como indivíduos incompletos. Como a concepção do “deficiente” como um ser incapaz/inútil continua enraizada na mente das pessoas normais, a sociedade, de certa forma, não permite sua inclusão social. Portanto, resta falarmos das estratégias e ferramentas usadas pelos sujeitos surdos para garantir sua integração social. Falar sobre a capacitação dos sujeitos surdos para enfrentar o mercado de trabalho de um mundo capitalista e globalizado é muito produtivo.

A integração social contém diversas nuances, sendo que o peso do fator econômico é grande. Contudo, quando se fala da integração social de minorias - neste caso, os surdos -, existem muitos outros fatores envolvidos (psicológicos, sociais, familiares, etc.). Estas nuances que permeiam a integração social das minorias (raciais, étnicas, lingüísticas) dizem respeito à aceitação ou não das mesmas pela sociedade majoritária. Mesmo nas sociedades consideradas mais democráticas, desenvolvidas e liberais, as minorias ainda se vêem encurraladas de vários modos, graças aos persistentes preconceitos velados. Segundo SAWAIA (1999, p. 9):

A dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência.

SAWAIA fala sobre a dialética inclusão/exclusão porque, na realidade, nenhum ser humano pode ser absolutamente incluído ou excluído na sociedade/grupo social em que vive, já que as desigualdades sociais existem em todas as sociedades . No caso dos indivíduos “deficientes”, sua exclusão – tanto no aspecto econômico quanto no aspecto social – é de fato legitimada pela sociedade majoritária.

Ao mesmo tempo em que pretende incluir, a sociedade acaba agindo de modo a acentuar negativamente as diferenças sociais e, por este motivo, acaba por excluir em vez de incluir. No dia-a-dia, são raras as pessoas “normais” que realmente aceitam as pessoas diferentes e agem de acordo com isso. É muito mais comum que se ouça falar sobre

situações de discriminação sofridas pelas pessoas portadoras de necessidades especiais do que sobre situações em que estas pessoas são incluídas.

Atualmente, a grande maioria dos sujeitos surdos está mais envolvida na luta pela sua integração econômica, já que as idéias equivocadas e o preconceito a respeito da sua surdez teimam em existir. Como os indivíduos “diferentes” acabam não sendo realmente aceitos pela sociedade majoritária, eles passam a lutar por seus direitos e também por vagas no mercado de trabalho. Nas palavras de SAWAIA (1999, p. 8):

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. Portanto, em lugar da exclusão, o que se tem é a “dialética exclusão/inclusão.

Parece que a mudança de paradigma - a mudança de visão, do modelo clínico-terapêutico para o modelo sócio-antropológico - só se deu efetivamente entre alguns pesquisadores e profissionais que convivem com os indivíduos surdos. Esta mudança de visão - deixar de perceber os surdos como deficientes e passar a percebê-los como diferentes - ainda não foi absorvida pela sociedade maior, pois os ouvintes ainda enxergam os sujeitos surdos através do prisma da deficiência. Demora muito tempo até que a sociedade absorva este tipo de mudança de visão. Esta idéia é enfatizada por DORZIAT (1999, p.28):

A mudança de uma visão apoiada na normalização, na adaptação social, na aceitação do *status quo*, para uma visão que procura entender as peculiaridades inerentes ao ser humano e a importância de transformação de uma sociedade que impõe aos seus cidadãos valores dominantes (sejam lingüísticos, culturais, sociais, estéticos, religiosos) é algo que demanda tempo e aprofundamento de idéias. A forma normativa está enraizada no pensar e no agir das pessoas.

Quando um ser humano percebe o outro como um ser inferior a ele, não há possibilidade de haver uma relação que não seja desigual. É por este motivo principal que é tão difícil falar em integração social de sujeitos surdos e de qualquer sujeito portador de

alguma diferença. Todos os sujeitos surdos já tiveram experiências em que foram tratados de forma desrespeitosa por causa de uma diferença que não pode ser controlada por eles. Exemplos disso são os deboches durante a infância, apelidos depreciativos, uso pejorativo da palavra “surdo”, impedimento de ocupar alguma função – pública ou privada - pelo fato de ser surdo, etc.

Como já dito, as mudanças de visão tardam a acontecer, e nem sempre se efetivam de fato. Mudanças de visão à parte, qualquer indivíduo, diferente ou não, precisa estar empregado para poder ser autônomo e viver com dignidade. De acordo com WANDERLEY (1999, p.17):

Muitas situações são descritas como de exclusão, que representam as mais variadas formas e sentidos advindos da relação inclusão/exclusão. Sob esse rótulo estão contidos inúmeros processos e categorias, uma série de manifestações que aparecem como fraturas e rupturas do vínculo social (pessoas idosas, deficientes, desadaptados sociais; minorias étnicas ou de cor...).

É preciso concordar com TESKE (1998, p.149) quando ele fala que hoje existem tanto indivíduos deficientes auditivos quanto sujeitos modernamente surdos: “... ainda hoje, existem os indivíduos deficientes auditivos e os sujeitos modernamente surdos. Estes, por sua vez, são objeto de si mesmos, experimentando a passagem do ser indivíduos feudais, para o ser sujeitos/objetos modernos.”

O interesse dos indivíduos modernamente surdos é fazer uso de todos os recursos disponíveis para integrar-se economicamente (leis, ações afirmativas). Estes sujeitos modernamente surdos não pretendem dar continuidade a nenhuma forma de assistencialismo, aceitando “esmolas” em vez de ter um emprego digno. Também querem oportunidades de escolha, para não terem que fazer parte do mundo profissional apenas em empregos mal remunerados e comumente destinados aos indivíduos surdos – como digitadores, operadores de caixa, etc. É aí que entra a questão de qual língua dominar para se inserir num mercado de trabalho dominado por ouvintes. LIBRAS? Língua oral? Bilingüísmo?

Através dos relatos dos sujeitos surdos que participaram desta pesquisa, em anexo, podemos constatar que as divergências de opiniões sobre qual língua adquirir e sobre tudo o

que diz respeito à educação de surdos são fortes também entre os próprios sujeitos surdos. Alguns são defensores ferrenhos do oralismo e outros da língua de sinais, enquanto muitos entendem que o bilingüismo é o ideal.

De qualquer forma, a realidade é que o português escrito é imprescindível para que estes sujeitos possam passar no vestibular, cursar uma faculdade, uma pós-graduação, o que desejarem. Se o sujeito surdo for somente sinalizado, para cursar uma faculdade ele será dependente de um intérprete. E se não puder pagar um? Creio que o português escrito seja a principal ferramenta a ser usada pelos sujeitos surdos a fim de se integrar no mundo ouvinte. O português falado também pode ser uma boa ferramenta, mas o escrito é fundamental. Carreira explica que:

Para as empresas, a decisão de admitir força de trabalho está diretamente ligada à relação custo X benefício, e não às questões de preconceitos de sexo, religião, cor, pessoas deficientes, etc. Portanto, as empresas, na sua maioria, não são entidades filantrópicas ou de assistência social e não tem por finalidade criar programas para readaptação de pessoas portadoras de deficiência.

Nota-se, portanto, que não é o mercado de trabalho que se adapta às necessidades dos indivíduos, mas são os indivíduos que precisam se adaptar às exigências do mercado de trabalho. Em outras palavras, os empregadores darão trabalho àqueles que já estão adaptados ao que eles necessitam. E as pessoas surdas adaptadas são aquelas que dominam o português oral e/ou escrito. Sem adequação ao mercado, não há como conseguir emprego. LARROSA & SKLIAR (2001, p.11-12) afirmam que “tem-se a impressão de que a questão é administrar as diferenças, identificando-as, e tratar de integrar todos em um mundo inofensivamente plural e ao mesmo tempo burocrático e economicamente globalizado”.

Nos relatos obtidos para esta pesquisa, percebemos que os sujeitos surdos têm plena consciência de que a língua oral e a língua de sinais têm serventias distintas. A primeira possibilita que estes sujeitos tenham total independência em sua vida acadêmica e profissional, pois é através do domínio do português escrito que eles poderão escolher o curso universitário e a profissão que desejarem. A língua majoritária possibilita livre intercurso no mundo majoritário, onde se encontram as melhores oportunidades profissionais. Já a língua de sinais possibilita que os indivíduos surdos se comuniquem entre si e sejam capazes de interagir dentro da comunidade surda. A união das duas línguas

dá ao indivíduo surdo a liberdade para que faça da sua vida aquilo que desejar, pois poderá interagir e se integrar tanto no mundo dos surdos quanto no mundo dos ouvintes.

Em síntese, para que as pessoas surdas possam se integrar social e economicamente, é necessário que elas sejam bilíngües. Se o indivíduo surdo for somente oralizado, ele não será capaz de interagir com seus semelhantes que se comunicam através da língua de sinais e não será aceito na comunidade surda, por isso, terá suas trocas sociais e culturais diminuídas. Se o indivíduo surdo for apenas sinalizado, ele não será capaz de se integrar no mercado de trabalho na posição em que desejar, pois será dependente de um intérprete, e também terá problemas para se comunicar com as pessoas ouvintes e com os surdos oralizados, além de enfrentar grandes dificuldades de cursar uma faculdade. Sendo bilíngüe, o sujeito surdo poderá transpor qualquer barreira de comunicação e interação entre ele e outros sujeitos, sendo eles surdos ou ouvintes.

CONCLUSÃO

Após realizar uma análise sobre questões concernentes aos modelos de concepção da surdez, à trajetória histórica dos indivíduos surdos, às modalidades lingüísticas possíveis, à integração social; e após tomar conhecimento das opiniões dos sujeitos surdos bilíngües e oralizados a respeito de todas estas questões, é hora de fazer algumas conclusões.

Em primeiro lugar, a respeito da trajetória histórica das deficiências e das pessoas surdas, certos pontos devem ser ressaltados. Quando se tem noção do quadro histórico que envolve os sujeitos surdos, o sentimento de revolta é muito comum, embora improdutivo. Este conhecimento serve para que se amplie, ao máximo, nosso pensamento crítico.

Há uma insistência cruel em caracterizar os surdos – e tantos outros grupos sociais – como portadores de deficiência e por este motivo perpetuar a visão dos mesmos como seres inferiores e passíveis de correção. Isto nos coloca diante de um paradoxo: a sociedade é capaz de se moldar às mais esdrúxulas e injustas exigências do capital estrangeiro, das elites, das grandes corporações, etc., e ao mesmo tempo não é capaz de fazer as pequenas adaptações necessárias para que as pessoas **diferentes**, portadoras de necessidades especiais, tenham qualidade de vida e, principalmente, seus direitos assegurados.

Em segundo lugar, a respeito das modalidades lingüísticas possíveis para a educação das pessoas surdas, não há consenso entre os autores sobre qual língua os sujeitos surdos devem adquirir. Atualmente, a maioria dos pesquisadores acredita que os surdos devem se tornar bilíngües, pois assim terão livre intercuro tanto no mundo dos surdos quanto no mundo dos ouvintes.

A verdade é que esta questão é muito complexa, controversa e delicada. De um lado, tem-se surdos sinalizados que não querem se submeter (ou não foram submetidos) à oralização, alegando o caráter opressor da mesma e o fato de que a língua oral é inútil para eles, já que toda sua vida está organizada dentro da comunidade surda. De outro lado, há os surdos oralizados que consideram a língua de sinais uma língua sem utilidade, já que convivem praticamente só com ouvintes ou outros surdos sinalizados.

Em relação à escolha entre língua oral e língua de sinais, creio que a língua de sinais é aquela que vai ao encontro da singularidade de ser surdo, pois atinge o canal de recepção

lingüística dos sujeitos surdos: a visão. Se a língua de sinais foi criada pelos surdos, é porque ela é incrivelmente natural para eles. Se ela não fosse sua língua natural, por qual motivo os pais ouvintes e muitos educadores ouvintes proibiriam o contato de crianças surdas com a língua de sinais? Os pais ouvintes proibirem o contato de seus filhos surdos com a língua de sinais é tão anti-natural quanto se pais surdos de crianças ouvintes tapassem seus ouvidos vinte e quatro horas por dia para que elas não aprendessem a língua oral.

Há um ponto de certa forma negativo a respeito da língua de sinais como única língua. Por ser o mundo majoritariamente ouvinte, o sujeito surdo que for somente sinalizado precisará sempre de um intérprete para participar do mundo ouvinte. Nem todos os indivíduos surdos têm condições financeiras de pagar um intérprete. Assim, ficarão excluídos de muita coisa que acontece fora da comunidade surda usuária somente de LIBRAS.

Os pais têm opiniões erradas e são, em sua maioria, desinformados sobre a LIBRAS. Isto acontece porque, sendo os pais ouvintes, suas opiniões sempre serão tendenciosas quanto à língua de sinais, já que aprenderam a se comunicar através da língua oral. A grande maioria dos pais escolhe a oralização, mesmo que seu pouco sucesso esteja comprovado.

Creio que o acesso à LIBRAS à criança surda profunda é imprescindível – além de ser um direito da criança – para que a mesma seja capaz, no futuro, de avaliar o que é melhor para sua própria vida. Só tendo acesso à língua oral, nenhum sujeito surdo é capaz de tirar suas próprias conclusões a respeito de como estas duas línguas funcionam na hora em que precisam interagir com ouvintes e com surdos, de diferentes maneiras.

Já aos olhos dos ouvintes em geral, a língua oral é uma língua “melhor” do que a língua de sinais. Esta visão na verdade tem muito a ver com a facilidade de comunicação que os ouvintes têm com os surdos caso estes sejam capazes de falar e ler lábios.

Em terceiro lugar, a respeito da integração social dos sujeitos surdos, à guisa de conclusão, ressalto as seguintes questões. Todas as pessoas consideradas “diferentes” sofrem grandes dificuldades para se inserir no mundo majoritário. Com os sujeitos surdos, não poderia ser de outro modo.

Creio que o português escrito é fundamental para a integração social e econômica dos sujeitos surdos. O único modo de um cidadão ter controle sobre sua existência, de ser autônomo, de ser efetivamente um cidadão, é tendo condições de se inserir no mercado de trabalho. E o mercado de trabalho, em nosso país, é dominado por pessoas que ouvem, que falam e que escrevem em português. Assim, para se integrar economicamente, os sujeitos surdos necessitam do português escrito, pois os ouvintes não irão aprender língua de sinais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Lígia. **Conhecendo a deficiência em companhia de Hércules**. São Paulo : Robe Editora, 1995.

BAKER, Colin. **Educating for bilingualism: key themes and issues**. Disponível em www.leeds.ac.uk/educol/documents/000000302.html Acesso em 28/04/2003.

BEHARES, Luis. Línguas e identificações: as crianças surdas entre o “sim” e o “não”. In: SKLIAR, Carlos (Org). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Volume I. Porto Alegre : Mediação, 1999.

BOTELHO, Paula. **Segredos e silêncios na educação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

BRASIL. Decreto n. 3298 de 20/12/1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial de 21/12/1999, da República Federativa do Brasil**, Brasília.

_____. Lei 10436 de 24/04/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais –LIBRAS- e dá outras providências. **Diário Oficial de 25/04/2002, da República Federativa do Brasil**, Brasília.

CAPOVILLA, Fernando. A evolução das abordagens à educação da criança Surda: do Oralismo à Comunicação Total e desta ao Bilinguismo. In: CAPOVILLA, Fernando; RAPHAEL, Walkiria. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira**. Volume II: Sinais de M a Z. São Paulo : EDUSP, 2001.

CARREIRA, Dorival. **A integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho**. Disponível em:
www.fgvsp.br/academico/professores/Dorival_Carreira/Omercado.doc Acesso em 12/06/2003.

CASARIN, Melânia. **O imaginário social dos professores de classe especial em relação à pessoa surda**. Dissertação de Mestrado. UFSM, Santa Maria–RS-, 1996.

CASTILLA, Mônica; HOCEVAR, Susana; DUHART, Silvia. Adquisición de la lectura y escritura en niños sordos en una escuela bilingüe. In: SKLIAR, Carlos (Org). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Volume II. Porto Alegre: Mediação, 1999.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura em ciências sociais**. Bauru : EDUSC, 1999.

DANESI, Marilene. Reflexões sobre dúvidas, sentimentos e recomendações dos pais de crianças surdas, adolescentes e adultos surdos. In: DANESI, Marilene. **O admirável mundo dos surdos: novos olhares do fonoaudiólogo sobre a surdez**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2001.

DORZIAT, Ana. Bilinguismo e surdez: para além de uma visão lingüística e metodológica. In: SKLIAR, Carlos (Org). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Volume I. Porto Alegre : Mediação, 1999.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1986.

FERNANDES, Eulália. O som: este ilustre desconhecido. In: SKLIAR, Carlos (Org). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Volume II. Porto Alegre: Mediação, 1999.

HOFFMEISTER, Robert. Famílias, crianças surdas, o mundo dos surdos e os profissionais da audiologia. In: SKLIAR, Carlos (Org). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Volume II. Porto Alegre: Mediação, 1999.

FIORI, Gecira di. **A família e os direitos de cidadania da pessoa portadora de necessidades especiais**. Monografia de Especialização em Pensamento Político Brasileiro. UFSM, Santa Maria – RS -, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez** Porto Alegre: Artmed, 2003.

FREITAS, Soraia ; PERANZONI, Vaneza. A evolução do (pre) conceito de deficiência. In: **Revista do Centro de Educação da UFSM Santa Maria –RS**. Edição 2000, número 16.

GOÉS, Maria Cecília. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas : Autores Associados, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro : Ed. Guanabara, 1988.

GREGORY, Susan. **Bilingualism and the education of deaf children**. Disponível em www.leeds.ac.uk/educol/documents/000000306.html Acesso em 28/04/2003.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis : Vozes, 1999.

JOHNSON, Allan. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KYLE, Jim. O ambiente bilíngüe: alguns comentários do desenvolvimento do bilingüísmo para surdos. In: SKLIAR, Carlos (Org). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Volume I. Porto Alegre: Mediação, 1999.

LACERDA, Cristina; MANTELATTO, Sueli. As diferentes concepções de linguagem na prática fonoaudiológica. In: LACERDA, Cristina; NAKAMURA, Helenice; LIMA, Maria Cecília (Orgs). **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe**. São Paulo: Plexus, 2000.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro: ensaios de sociosemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LARROSA, Jorge & SKLIAR, Carlos (Orgs). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte : Autêntica, 2001.

LODI, Ana . Educação bilíngüe para surdos. In: LACERDA, Cristina; NAKAMURA, Helenice; LIMA, Maria Cecília (Orgs). **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe**. São Paulo: Plexus, 2000.

LULKIN, Sérgio. O discurso moderno na educação de surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. In: SKLIAR, Carlos (Org). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. **Deaf in America: voices from a culture**. Cambridge: Harvard University Press, 1988. Tradução do Centro de Estudos Surdos ULBRA.

PERLIN, Gládis. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PINTO, Claudia. **O implante coclear: SUS cobre operações para deficientes auditivos**. Disponível em www.sentidos.com.br Acesso em 06/07/2003.

ROBERTSON, Ximena; RAMÍREZ, Irene. Educación bicultural/ bilingüe para las personas sordas en Chile. In: SKLIAR, Carlos (Org). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Volume I. Porto Alegre: Mediação, 1999.

ROUANET, Sérgio P. **O mal estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SACKS, Oliver. Apresentação por Oliver Sacks, neurologista e escritor. In: CAPOVILLA, Fernando; RAPHAEL, Walkiria. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira**. Volume I: Sinais de A a L. São Paulo: EDUSP, 2001.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, Bader (Org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SKLIAR, Carlos. Os Estudos Surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos. **Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos**.

____ SKLIAR, Carlos (Org). **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

____. Abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial. In: SKLIAR, Carlos (Org). **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

____. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

____ Carlos. A localização política da educação bilíngüe para surdos. In: SKLIAR, Carlos (Org). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Volume I. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SOARES, Maria Aparecida. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SOUZA, Maria Regina; GOÉS, Maria Cecília. O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. In: SKLIAR, Carlos (Org). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Volume I. Porto Alegre: Mediação, 1999.

TESKE, Ottmar. A relação dialógica como pressuposto na aceitação das diferenças: o processo de formação de comunidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

TURNER, Jonathan. **Sociology: concepts and uses**. New York: McGraw-Hill, 1994.

VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social. In: VELHO, Gilberto (Org). **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, 5 edição.

WANDERLEY, Mariângela. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Thomaz Tadeu (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

WRIGLEY, Owen. **The politics of deafness**. Washington: Gallaudet University Press. 1996. Tradução do Centro de Estudos Surdos da ULBRA.

ANEXO

OPINIÕES E RELATOS DOS SUJEITOS SURDOS QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA.

MARCOS, BILÍNGUE:

“Sendo surdos, nossa forma mais natural e ideal de aprender o que significa as coisas é através da língua de sinais por ser uma língua construída exclusivamente para os olhos, diferente das línguas faladas, construídas para as pessoas ouvirem e que não nos dão uma garantia efetiva de que estamos apreendendo tudo o que nos passam. Assim, o desenvolvimento a partir da língua de sinais permite que a nossa aprendizagem seja mais rápida e eficiente, para que depois, por necessidade social, quando precisarmos nos comunicar com a maioria das pessoas do mundo, aprendamos a língua deles, que é a língua oral, o português falado e escrito.”

“LIBRAS exclusiva só terá efeito numa comunidade de surdos, mas os surdos não dominam o mundo, não detêm o poder econômico fundamental para sobrevivência numa sociedade capitalista. Como então deixar o surdo à mercê da LIBRAS exclusiva? Vai viver aonde? Na miséria? Por quanto tempo? E o oralismo exclusivo, o surdo vai ter um desenvolvimento fragmentado, carecendo de aspectos minuciosos (tom de voz certo para cada situação, por exemplo). Quando o surdo não entender uma coisa quantas vezes terão que repetir para ele entender? Quando não puder usar o telefone e as pessoas não puderem ou não aceitarem conversar de outra forma, como fica? Por isto acredito que muitos pensam no bilingüismo, é um meio termo que envolve uma língua e outra, duas culturas distintas, viabilizando uma interação dupla, numa tentativa de complementar ao indivíduo surdo o que ele não pode alcançar tanto em uma cultura quanto na outra.”

ZECA, BILÍNGUE:

“...termino com uma frase minha que disse em uma entrevista jornalística: “Se alguém pegar um recém-nascido com surdez profunda e se decidir educa-lo somente via oralização, reze para dar certo. Se não...” Volto a dizer que me constrange ver tantos surdos “mal-oralizados”. Isto é sem dúvida uma questão muito complexa que não envolve apenas questão de grana, isto é, se pagar fono, aparelhos, etc. Todo o emocional envolvido tem um peso muito maior nesse sucesso/fracasso, bem como uma desinformação/discriminação muito forte que existe em nossa sociedade para qualquer surdo, oralizado ou não, com diploma universitário ou não.”

“A perda de audição que sofri, provavelmente, começou por volta dos três anos de idade. Como eu já falava, acredito que, por isso, não foi detectada de imediato. Mesmo assim, fui inserido em turmas comuns de escolas também comuns e públicas. Minha mãe, nos primeiros dias de aulas, pedia aos professores que falassem de frente para mim e me colocassem na frente da turma. Não gostava muito, mas acabei me acostumando.

Não tive muitos amigos na escola por conta desse "problema".

Logicamente, algumas aulas eram mais difíceis de acompanhar do que outras. Mesmo assim, consegui terminar o ensino médio e ir pra faculdade. E foi aí que me senti mais respeitado como surdo e, logicamente, passei a ter mais amigos. Ajudou-me o fato de, na faculdade, a maior parte dos alunos da turma serem mais velhos do que eu e, portanto, mais maduros e mais compreensivos e pacientes. Não havia as gozações que sofri nos ensinamentos fundamental e médio. Somente após concluir a faculdade é que descobri os surdos e a língua de sinais, que segui aprendendo até que logrei entrar para o magistério estadual, por concurso (fui aprovado num concurso anterior, mas barraram-me nos exames médicos...). No magistério, consegui autorização para criar as primeiras turmas especiais para surdos no ensino médio, mas o programa foi interrompido por falta de apoio e de intérpretes (a quem os sucessivos governos se recusavam a pagar...). Este ano, tal programa foi recriado, mas está novamente fadado ao fracasso, pois os alunos são adultos sinalizados INSERIDOS em turmas comuns. É mole?... Pode uma coisa dessas?..."

"Quanto à "enorme importância" que o domínio da língua portuguesa proporciona, é puro acaso. Vamos conjecturar: e se a língua de sinais fosse a língua dominante? Hein?...Me diga A "enorme importância" seria em relação à qual língua? Qual seria a "melhor" língua? A resistência de alguns da lista quanto à hipótese de a língua de sinais permitir abstrações é um grande exemplo disso. É difícil para muitos aceitar a idéia de que a língua de sinais é um idioma completo. O que é incompleta é a integração entre as culturas, em que pese alguns terem dito que "cultura surda é o escambau"."

RAUL, ORALIZADO

"Prefiro acreditar no método oralista que já vi o sucesso em muitos surdos profundos, mas para alcançar esse sucesso requer informações, dedicação excessiva dos pais, e força de vontade da criança, e, é claro, competência da fono que estiver tratando a criança. É caro? Ora, se o SUS é capaz de bancar um implante coclear de vinte mil reais, não seria capaz de bancar os custos das sessões fonoaudiológicas? O que se exige é o amor e atenção ao filho. Não é só entregá-lo na fono, tricotar na sala de espera, e na volta sem conversar com ele e fingir que a deficiência não existe. É saber escolher uma boa escola, uma boa fono, e se dedicar à educação dele (foi o que a minha mãe fez, meio que deixando a outra filha de lado para se dedicar a mim). O grande nó não está na educação de escolas, etc.. está na desinformação dos pais. Em vez de trabalharem na educação, os educadores preferem agir na ignorância : "Surdo profundo de nascença não tem chances de aprender a falar, então mande brasa na língua de sinais como se fosse solução para a sua vida".

CAROLINA, ORALIZADA

"Vivemos num mundo em que a comunicação é primordial, necessária para tudo. E o meio de comunicação deste mundo é a comunicação oral. O grande problema dos sinais são a inteira dependência que eles geram. O surdo que só se comunica por sinais será

sempre dependente de um intérprete – isso para os que podem pagar um – que lhe traduza o que esta sendo dito à sua volta. A surdez em si já é uma grande desvantagem, mas que poderia ser muito atenuada se todos os pais de surdos tivessem a consciência disto e procurassem oralizar seu filho o mais cedo possível.”

CLARISSA, BILINGÜE

“O que não pode é que um surdo não consegue dominar pelo menos uma língua”

“Na minha opinião percebo que os pais de crianças surdas, na sua grande maioria, acabam optando pelo oralismo por alguns motivos. Quando falo em maioria, me refiro às muitas famílias de surdos e dos relatos de muitos deles sobre esse assunto. Por simples falta de informação acabam optando pelo oralismo puro, o que muitas vezes é traumático para os surdos que se vêem forçados a falar como única forma de comunicação. Quantos pais você conhece que, antes de optarem pelo oralismo, foram se informar a respeito do bilingüísmo, da LIBRAS, etc? De todos os surdos com os quais convivo, muitos sentiram este processo (a oralização) como sendo muito sofrido e ao tomarem contato com a LIBRAS e aprendendo essa língua se sentiram mais plenos, encontraram uma nova forma de se expressarem. Uma que lhes parece mais natural, o gesto, já que são privados de ouvir, inclusive a sua própria voz.”

MARGARIDA, ORALIZADA

“É realmente magnífico dominar duas línguas, a oralizada e a de sinais, ou seja, ser bilíngüe. Eu tirei o curso de língua de sinais e no entanto, por falta de contato com outros surdos sinalizados, já não me lembro alguns gestos e não tenho nenhuma prática. Quando eu fazia o curso, embaralhava a língua de sinais com a língua portuguesa, ou seja, falava em gestos seguindo a gramática da língua portuguesa o que causava confusão! Já vi que não dá, é preciso separar as duas línguas. Realmente é preciso de contato diário com surdos sinalizados.”

MARIA, BILINGÜE

“O surdo que seja ensinado bem com LIBRAS desde a nascença e tenha intérpretes para tudo, legendas na televisão, e saiba ler bem pode estar ao nível do ouvinte. Eu recebo a mesma informação que os ouvintes ou talvez mais porque leio muito, também tenho uma filha que interpreta tudo o que ouve para mim Já o surdo oralizado sabe falar bem mas não pode entender tudo o que se passa porque a leitura labial tem os seus limites e também porque isso requer muito da nossa vista, além de outras coisas cansa muito a pessoa. Por isso acho que acabamos sempre a ir para a linguagem dos sinais como a língua mais viável e natural para os surdos. Isto não quer dizer que você não fale ou saiba fazer leitura labial ao mesmo tempo. Eu ainda falo bem, faço leitura labial quando posso e também me comunico em língua de sinais.”

“O fato que muitos surdos estão atrasados é porque se perde muito tempo fazendo só o método oral e a criança fica atrasada. É preciso começar com a língua dos sinais imediatamente pois a vista do bebê está normal depois dos 6 meses e o ouvido leva muito mais tempo a aperfeiçoar os sons etc. Por isso as crianças ouvintes só começam a falar perto dos 2 anos. As minhas filhas começaram a fazer os sinais aos 7 e 10 meses muito antes de poder falar. A mais moça já dizia muitas palavras oralmente aos 10 meses. A aprendizagem fácil da língua também tem muito que ver com a personalidade da criança. A mais velha é muito mais visual e mais nova é mais apegada à audição.”

MARCELA, ORALIZADA

“Só considero o bilingüismo tendo o português oralizado como L1.LIBRAS como L1 eu considero uma estupidez, uma vez que se a criança surda for aprender a falar com cinco anos de idade, suas cordas vocais já estarão atrofiadas!”

RODNEY, ORALIZADO

“Pode ver que tem mais surdos sinalizados do que oralizados e ainda assim surdos que nem sinais sabem! Então a maioria dos pais não sabem como agir nessa hora. No meu ponto de vista, o que precisa é melhorar a forma de mostrar aos pais e ao povo em geral os pontos favoráveis e desfavoráveis da sinalização e do oralismo.”

FABIANA, ORALIZADA

“Acho muito válido o surdo saber LIBRAS, mas é muito importante que saiba também português. Seria ideal ter também a leitura labial. Ou seja, o bilingüismo é extremamente importante se o surdo quer crescer profissionalmente e manter relações com ouvintes também.”

“A integração começa na família, tem-se até familiares que não sabem tratar com a surdez. A exclusão se vê em toda a sociedade, basta verificar as escolas e universidades pois não estão preparadas para receber pessoas surdas. O surdo quando entra em uma universidade tem que fazer milagres porque até os professores dificultam a vida do aluno surdo ao invés de ajudar, tentar compreender que esta pessoa tem uma limitação em comparação com as outras.”

EDUARDO, BILINGÜE

“Só não confundir a “estruturação da linguagem” que é a causa que devemos perseguir e a “inclusão social” que almejamos. Tem gente metendo mãos pelos pés preferindo que a LI seja essa ou aquela língua por causa da “inclusão social” e não levam em conta a “estruturação da linguagem” como se essa fosse automática. E só depois percebem o erro: não desenvolveu linguagem alguma. Daí, o sonho de inclusão social vai por água abaixo. Vira peso morto-vivo para os pais. Qual escolher? Este é o momento crucial.”

“O mais importante é estruturar sua linguagem através de uma ou de outra língua. Daí a aprendizagem de uma segunda, terceira, quarta língua fica mais facilitada. Isso é a filosofia do bilingüismo. Só depois se pensa em inclusão, que exige dos surdos certo preparo.”

MARGARIDA, ORALIZADA

“Quero muito ser bilíngüe, estar no meio, e aprender nos dois lados: o dos ouvintes e dos surdos. Mas o que me falta é a integração na sociedade surda, que os surdos abram-me as portas para eu poder entrar no mundo deles.”

RODNEY, ORALIZADO

“O surdo oralizado se envolve melhor na sociedade pois ele consegue entender o que está sendo transmitido. Já o sinalizado muitas vezes não assimila o que tentamos passar em sinais, e tem até surdo que não conhece bem as palavras, como já vi um grupo de surdos não saber o que é a palavra objetivo e a palavra propósito.”

MARCOS, BILÍNGUE

“Mesmo assim, precisamos aprender que, como surdos, temos um estigma, temos uma marca que nos coloca numa categoria de seres etnocentricamente inferiores, deficientes aos olhos daqueles que escutam. E nunca seremos totalmente aceitos como iguais, mesmo por aqueles ouvintes que amamos e que nos amam. Porque as pessoas ouvintes que nos amam e que amamos, quando nos olham, não podem remover o estigma que nós temos, e hora ou outra, apresentam atitudes de preconceito em maior ou menor grau. Eu sou oralizado e sinalizado, ou seja, uma definição de surdo bilíngüe. Mas eu valorizo o uso da língua de sinais pelos surdos como instrumento cultural de valorização da pessoa surda, enquanto referencio a oralização como instrumento de opressão do surdo pelo ouvinte. Ao meu ver, os surdos oralizados são surdos oprimidos que absorveram a cultura do opressor ouvinte, se identificando com ele, usando a língua dele. O surdo sinalizado é aquele que rejeitou isso e ficou com sua língua natural, se identificando com os demais surdos como uma comunidade cultural diferente da sociedade ouvinte, ao mesmo tempo que dentro dela. E o surdo bilíngüe, para mim, é aquele que compreendeu que não podia viver somente na comunidade de surdos em felicidade absoluta, nem somente na dos ouvintes se submetendo totalmente.”

“Acho que não precisamos mostrar a todos que conseguimos “superar” a nossa surdez, fazendo o jogo dos ouvintes e ficando “iguazinhos” a eles. E não pense que estou dizendo que os ouvintes nos oprimem nos massacrando, com violência física, etc. Não é disso que eu falo. Opressão no sentido de coerção. No sentido de intenção oculta. Do tipo: “Minha queridinha, minha filhinha linda, fala para a mamãe, fala para a mamãe!!”. Isso é opressão. O surdo não ouve, estimula-lo a falar, incita-lo a falar e obriga-lo a falar é uma forma de opressão, porque a fala oral não está inscrita nas capacidades espontâneas dele.”

“Sim, eu concordo com muitos que uma das soluções para integrar o surdo na sociedade dominante é a leitura abundante do português até que sua capacidade de comunicação esteja estabelecida, introjetada, pronta para ser usada. Mas isso não ocorre só devido à má gestão das escolas de surdos, das políticas educacionais, da falta de preparo e tantas coisas que cansamos de falar nessas discussões intermináveis.”

RODRIGO, SURDO ORALIZADO

“Em face dessa realidade que presenciamos, a Cultura Surda não é fácil de ser entendida se não adotamos outro prisma que seja despojado de preconceito e de comodismo em achar que sabe tudo. A Cultura Surda envolve os personagens diferentes, uma Língua que possa facilitar a intercomunicação de membros e também convive com os problemas diferentes daqueles vivenciados por ouvintes. Seguindo à lógica, se um problema é diferente do outro, então a solução há de ser diferente. Portanto, deixemos de lado essa prática comumente praticada por pseudo-sábios, para que consigamos achar uma solução viável p/ aqueles surdos que não tiveram (ou terão) capacidade de passar por oralização bem sucedida por vários motivos, já sabidos por cada um de vocês.”

“Eu me pergunto: se eu passei praticamente a vida toda sem saber da existência de Libras, como eu posso entrar na lista imediatamente reclamando que ela é ruim, terrível e que não presta? Claro que não!!!! Admito, pela culpa mea, que tinha imaginado que os surdos sinalizados são burros e ignorantes por si mesmo e pela sua própria natureza, é porque essas opiniões, que decorreram da própria ignorância minha, eram precipitadas e equivocadas, geradas pelo desconhecimento da CULTURA SURDA.”

“Puxa vida! Me deixei levar pelo orgulho de me achar mais inteligente que alguns sinalizados. Agora que comecei a entender o por quê de alguns surdos não conseguirem o pleno desenvolvimento cognitivo, pelo simples fato de eles não terem as várias oportunidades. Eu mesmo aposto que alguns deles são mais capazes de fazer muito mais que nós nem imaginamos e nem supomos, só que privados de fazerem isso. Há falta de educação, falta de apoio de pais, falta de suporte financeiro e etc.”

HOSANA, MÃE DE SURDA ORALIZADA

“Constato que a questão da surdez só ganhou uma visibilidade política quando movimentos/associações de surdos lutaram para que a comunicação sinalizada fosse reconhecida como uma verdadeira língua. Apesar de acreditar que esse fato só vem a ratificar a existência de uma minoria que deve ser respeitada como “diferente”, na vida prática dessas pessoas, mesmo com esse reconhecimento ,haverá uma continuidade de exclusão de seus direitos individuais/sociais.”

“Em nível particular, para mim é muito bom acompanhar os diálogos da lista, pois de alguma forma me auxilia a tentar compreender minha própria filha em alguns aspectos. Das últimas discussões sobre bilingüísmo, creio que algumas posições são inconciliáveis pois vai muito da história de vida de cada um, do que as pessoas conhecem e percebem do que foi positivo ou negativo em suas vidas. Dessas experiências e conhecimentos pessoais formulam-se algumas "certezas" e das teorias, hipóteses... Tentando me colocar como se surda fosse, creio que um "espaço de diálogo" em que pudesse me expressar com mais liberdade(?) e desenvoltura, como penso que a Libras me proporcionaria, seria muito bom para mim, sem nunca deixar de perceber a enorme importância da independência que o domínio da LP me daria na forma oral e escrita.”

MARA, MÃE DE SURDO BILÍNGUE

“O bilingüismo ajuda na inclusão da pessoa surda na sociedade. A oralização facilita a comunicação em todos os seguimentos da sociedade. A libras facilita a comunicação com os surdos não oralizados. Acredito que faltem escolas bilíngües, assim o bilingüismo seria completo para ajudar a criança surda a aprender melhor e tornaria o surdo um adulto totalmente bilíngüe e com um potencial de aprendizado muito maior.”

“O surdo ainda tem muitas barreiras a transpor, a sociedade tende a excluir e não a integrar. O surdo ainda tem que conquistar seu lugar no mercado de trabalho, na sociedade e nas instituições escolares.”

“Meu filho disse que preferia ser ouvinte acha muito cansativo ter que fazer fono e aprender LIBRAS, no resto ele já esta bem posicionado perante a sociedade e apesar da pouca idade que tem já sabe transpor as barreiras.”

ZECA, BILÍNGUE

“Entre oralizados e sinalizados, estes eram muito mais discriminados e desfavorecidos que os primeiros, nem é preciso explicar o porquê, aqui nesta lista a demonstração disto é contundente: basta comparar os percentuais relativos de sinalizados e oralizados que fazem faculdade. Acresce-se a isso o fato de que a participação dos oralizados puros nos movimentos/associações era mínimo porque muitos não se classificavam como surdos. Ou seja, em parte, por uma questão de identidade, pois os oralizados consideravam-se ouvintes. Portanto, a participação de oralizados é coisa relativamente recente, representando esta lista um dos marcos históricos no movimento surdo, pois, entre outras coisas, vem questionando os rumos que o movimento vem tomando.”

ROBERTA, BILÍNGÜE

“ Bem, já comecei trabalhar na área de Recursos Humanos, já percebi que tem muitas pessoas surdas que estão excluídas dentro da empresa, porque acho que é falta de informação, mas pelo contrario, é direito de reserva de vagas para qualquer deficiente, e como, a minha experiência foi grande difícil mesmo, para disputar a vaga da grande porte da empresa, e mesmo que temos mostrar a minha capacidade e, qualquer coisa, e pois a maioria das pessoas acham que tem grande dificuldade para comunicar essa pessoa surda, e mas, creio agora está ampliando a maior informação a respeito das pessoas surdas, né?”

EDUARDO, BILÍNGÜE

“A escolha deve ser feita de forma isenta de propagandas. São os pais que devem se sentir envolvidos na educação de seu filho surdo. Não podem entregar a criança aos cuidados de profissionais que não dão espaço para envolvimento deles na educação. Tenho visto muitos pais que levam a criança na sessão da fono e ficam na sala esperando, depois

levam pra casa e pronto. Também tantos outros pais que levam o filho à escola, buscam no final das aulas e não tocam mais nisso em casa”

PRISCILA, BILÍNGÜE

“ Não acho que a língua portuguesa deva ser a primeira língua dos surdos. Vamos pensar em uma coisa. Todos os bebês ouvintes, desde que nascem, já ouvem o português falado através de seus pais. Eles estão sempre elogiando o filho, dizendo coisas amorosas. Daí essa criança já vai adquirindo a língua portuguesa, mesmo que não saiba ler e escrever. Isso não importa, mas já adquiriu a língua portuguesa, porque ela vem do canal oral e auditivo. Agora, com crianças Surdas, como fica? Elas não adquirem a língua portuguesa mesmo. Elas só aprendem quando são maiores de idade, por volta dos três anos, quando são levadas para a fono. Eu trabalho com bebês surdos de 0 a 3 anos, eles adquirem a LIBRAS de uma forma muito mais natural, porque vem do canal espaço-visual. Daí eu penso que já está construindo a sua primeira língua, a espaço-visual. Então cabe inserir a segunda língua, que é oral-auditiva (isso depende muito do grau de perda auditiva da criança Surda). Se não conseguir, vamos para a parte da escrita. E assim vai procedendo o trabalho com as duas línguas.”

“ Sou surda profunda de nascença por ser filha de pais Surdos. Quanto à minha escrita em língua portuguesa, aprendi aos dois anos mesmo. Isso veio da influência da LIBRAS! Eu só gesticulava, meu pai correspondia com cada gesto meu, sinalizando-o. Daí quando eu passei para o alfabeto manual, eu percebi que podia soletrar cada palavra que aparecia na minha frente. Depois entrei na fono, na qual eu trabalhei muito com o oralismo, percebi que cada palavra tinha seu próprio significado. Fui adquirindo aos poucos a LIBRAS de verdade e, em seguida, fui aprendendo a língua portuguesa. Não nego que foi muito difícil para mim compreender o texto lido, tentava ler diversas vezes, e não conseguia. Então eu tentava imaginar em LIBRAS mesmo lendo em português, e foi aí que eu consegui decifrar a escrita. Por isso eu consegui aprender as duas línguas ao mesmo tempo...Não tem nada a ver com aquelas histórias de aprender primeiro a LIBRAS e depois precisa esperar uns 5 anos para aprender o português nas duas modalidades: oral e escrita. O que eu mais acredito é que a criança Surda precisa realmente estar pronta com a língua de sinais, porque é uma língua espaço-visual que precisa ser muito trabalhada e organizada, para que se possa adquirir a língua portuguesa, que é uma língua oral-auditiva, mais difícil para o surdo compreender.”

